

# apartes

NÚMERO 3 - NOVEMBRO/2013

Distribuição gratuita

## JUSTIÇA ELEITORAL

Para Prefeito

Para Vereador

**Câmara restitui, simbolicamente, o mandato de 42 vereadores cassados entre 1937 e 1969, reconhecendo quase 150 mil votos destruídos por ações antidemocráticas**



**Comida de rua**  
CMSP quer regulamentar comércio ambulante

**Orçamento 2014**  
Entenda as mudanças no IPTU aprovadas pelos vereadores

#### Mesa Diretora

**Presidente:** José Américo (PT)  
**1º Vice-Presidente:** Marco Aurélio Cunha (PSD)  
**2º Vice-Presidente:** Aurélio Miguel (PR)  
**1º Secretário:** Claudinho de Souza (PSDB)  
**2º Secretário:** Adilson Amadeu (PTB)  
**1º Suplente:** Gilson Barreto (PSDB)  
**2º Suplente:** Dalton Silvano (PV)  
**Corregedor:** Rubens Calvo (PMDB)

#### Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfredinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT) - licenciado, Edemilson Chaves (PP), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PC do B) - licenciado, Noemi Nonato (PROS), Orlando Silva (PC do B) - suplente em exercício, Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT), Wadih Mutran (PP) - suplente em exercício

#### Expediente

**Editor executivo:** José Carlos Teixeira de Camargo Filho  
**Elaboração:** CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP  
**Supervisora:** Maria Isabel Lopes Correa  
**Editor:** Sândor Vasconcelos  
**Editor assistente:** Rodrigo Garcia  
**Repórteres:** Gisele Machado, Fausto Salvadori Filho  
**Apoio jornalístico:** Assessoria de Imprensa da Presidência e Diretoria de Comunicação Externa  
**Fotografia:** Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez.  
**Diagramação:** Elton Pereira  
**Editor de infografia:** Rogério Alves  
**Estagiários de arte:** Cinthia Botto, Gustavo Milan, Hugo Ramallo, Karen Zonzini, Raphaela de Oliveira  
**Equipe executiva:** Leandro Uliam, Livia Tamashiro  
**Unidade de apoio:** Secretaria de Documentação - SGP3  
**CTP, impressão e acabamento:** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo  
**Capa:** CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP

#### Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP  
CEP 01319-900 - E-mail: [apartes@camara.sp.gov.br](mailto:apartes@camara.sp.gov.br)  
Versão digital disponível em: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br)

**Tiragem:** 10.000 exemplares  
**Periodicidade:** mensal

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br).

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo  
Presidente da CMSP



*Sua opinião é  
muito importante para a  
construção deste veículo  
de comunicação pública*

Entre em contato:  
[apartes@camara.sp.gov.br](mailto:apartes@camara.sp.gov.br)

Siga:  
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:  
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:  
[www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br)

# apartes

Esta edição da **Apartes** dedica a maioria de suas páginas à matéria especial sobre uma importante conquista relacionada à luta pela democracia no Brasil: o reconhecimento, ainda que simbólico, dos mandatos de todos os vereadores paulistanos cassados não somente em períodos de ditadura, mas também em tempos considerados democráticos. A reparação, nos mesmos moldes, também ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo e no Congresso Nacional.

Esse trabalho de correção histórica representa muito bem o esforço conjunto desenvolvido na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Envolveu vereadores que desejavam ver alguns mandatos restituídos, principalmente os dos cassados ligados à corrente comunista. Contou com a participação fundamental da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog e da Escola do Parlamento. Movimentou os setores de comunicação da Casa. E teve a importante colaboração do Centro de Memória Legislativa (Cemel) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

O resultado desse trabalho, narrado em matéria deste número, será coroado no dia 9 de dezembro, com a Sessão Solene de entrega dos mandatos dos vereadores injustiçados. Por falar em injustiça, também é tema desta edição não uma reparação, mas outro desagravo a um dos fatos mais lamentáveis proporcionados pela ditadura militar: por iniciativa desta Casa, a praça ao lado da CMSP (antiga Divina Providência) passou a se chamar Vladimir Herzog, uma homenagem ao jornalista torturado e assassinado em 1975 e que se tornou símbolo da luta pela democracia no Brasil.

Homenagear Vlado é um orgulho e felicidade para este Parlamento. Ser homenageado com um troféu que leva o nome dele, então, é motivo de grande festa. A matéria de capa da edição número 1 da **Apartes**, escrita pelo jornalista Fausto Salvadori Filho, sobre o trabalho realizado pela Comissão da Verdade desta Casa, ganhou menção honrosa na categoria revista do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo deste ano. Mais uma vez, temos uma prova de que as iniciativas da CMSP estão no rumo certo.

Por fim, vale aqui uma nota carinhosa sobre um grupo de jovens que, a partir desta edição, passou a contribuir com a logística de distribuição da revista. A tarefa de envelopar e etiquetar os exemplares enviados pelos Correios está sendo desenvolvida por estagiários especiais da CMSP, portadores de algum tipo de deficiência intelectual, sob coordenação das equipes de Expedição e Distribuição de Correspondência e Seleção, Desenvolvimento e Avaliação de Pessoal.

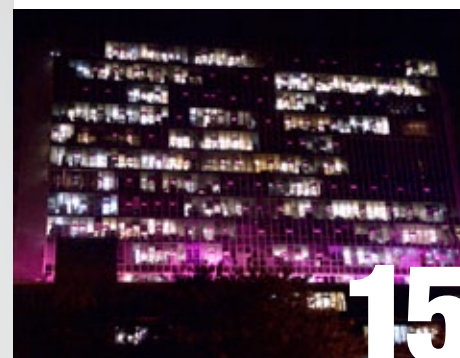
A essa turminha especial e a todos os funcionários da Casa que contribuem desde a elaboração da pauta até a confecção da revista, estocagem e distribuição, o meu forte abraço e agradecimento pela dedicação com que realizam essas importantes tarefas.

Uma ótima leitura a todos!





Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br)



## SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente**
- 6 Notas**
- 8 Projeto**  
Gastronomia nas ruas
- 12 Plano Diretor**  
Hora de ouvir
- 15 Campanha**  
Luz pela prevenção do câncer de mama
- 16 Finanças**  
Câmara vota Orçamento da cidade
- 20 Especial**  
Uma correção na história
- 36 Premiação**  
Apartes recebe o Prêmio Herzog
- 40 Falecimento**  
O adeus de Colasuonno
- 42 Evento**  
Em pauta, o trabalho dos jornalistas



## São Paulo terá agência de fomento ao cinema

A Câmara Municipal de São Paulo está analisando o projeto do Executivo que cria a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo, a SPCine. Essa agência de fomento terá o objetivo de facilitar a produção, a distribuição e a exibição de conteúdos audiovisuais em diversas plataformas, da tela de cinema aos telefones celulares.

No dia 31 de outubro, o presidente da Câmara, José Américo (PT), recebeu o projeto das mãos do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em uma cerimônia na Praça das Artes, que também contou com a presença do governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB), da ministra da Cultura, Marta Suplicy (PT), de vereadores e de dezenas de cineastas. “Em um mês vamos realizar audiências públicas e aprovar o projeto”, afirmou José Américo. “Todos os líderes de bancada se mostraram comprometidos com essa questão.”



Haddad entrega a José Américo projeto da SPCine

## TV Câmara SP abre espaço para produção universitária

A TV Câmara São Paulo exibe em sua grade, desde agosto, o programa Espaço Universitário, com produções de universitários e recém-formados nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Cinema e Rádio e TV, em instituições paulistanas. O programa vai ao ar todo sábado, às 19h.

Apenas materiais em audiovisual são aceitos, como reportagens, curtas-metragens e documentários, com no míni-

mo cinco minutos. Trabalhos de conclusão de curso também podem ser enviados.

Para participar, os interessados devem enviar e-mail para [tv@camara.sp.gov.br](mailto:tv@camara.sp.gov.br), com o link do trabalho e um número de telefone para contato.

A TV Câmara é exibida nos canais 61.4 (TV aberta digital), 7 (NET Digital) ou 13 (NET Analógica). O programa também tem um canal exclusivo no YouTube.

## Câmara prepara curso de pós-graduação

A Escola do Parlamento lançará, no próximo ano, o primeiro curso de pós-graduação da Câmara Municipal. Com carga horária de 360 horas, o curso Democracia e Legislativo no Brasil é gratuito e vai abordar temas como teoria política, relações entre sociedade civil e Estado, natureza do Poder Legislativo, gestão e administração pública no Brasil, poder local, terceiro setor e participação popular.

A seleção de alunos será feita no início de 2014. Mais informações pelo [escoladoparlamento@camara.sp.gov.br](mailto:escoladoparlamento@camara.sp.gov.br).

## Debates sobre edifícios sustentáveis

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), a Basf e a Fundação Espaço Eco realizam, em novembro, o Ciclo de Debates Edifícios Sustentáveis. Os encontros, gratuitos, ocorrem na CasaE da Basf ([www.casae.basf.com.br](http://www.casae.basf.com.br)), a primeira construção ecoeficiente da empresa no Brasil, vão até 30 de novembro e são abertos à população.

O objetivo do evento é debater medidas e materiais que poderiam ser adotados para transformar os edifí-

cios da cidade de São Paulo em ambientes mais econômicos, recreativos e arborizados.

Entre os temas debatidos estão eficiência energética, destinação de resíduos, incentivos fiscais e arquitetura paisagística. As discussões serão compiladas e servirão como propostas para o Plano Diretor Estratégico, que está sendo discutido na CMSP. Mais informações no portal [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) ou [escoladoparlamento@camara.sp.gov.br](mailto:escoladoparlamento@camara.sp.gov.br).

## Campanha pede mídia democrática

A campanha Para Expressar a Liberdade – Uma Nova Lei para um Novo Tempo realizou, em 17 de outubro, um encontro na Câmara para estimular a coleta de assinaturas a um projeto de lei de iniciativa popular que pretende democratizar a comunicação no Brasil.

O projeto precisa de 1,3 milhão de assinaturas para ser levado ao Congresso e pretende regulamentar os artigos da Constituição que combatem os oligopólios dos meios de comunicação e proíbem que políticos controlem concessões de emissoras de rádio e TV. O objetivo é produzir uma mídia eletrônica que respeite os direitos humanos, ampliar o alcance dos canais comunitários e abrir espaço para a participação popular nas grades de programação.

Na Câmara Municipal, a iniciativa tem apoio dos vereadores Toninho Vespoli (PSOL) e Nabil Bonduki (PT). Mais informações no site [www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br).



Estagiários e funcionárias da SGA.14 durante o envelopamento

## Estagiários especiais participam da Apartes

O envelopamento e a etiquetagem dos exemplares da Apartes, para envio pelos Correios, contam com o trabalho dedicado de uma turminha muito especial, formada por 13 estagiários de diferentes setores da Casa com algum tipo de deficiência intelectual.

A tarefa é realizada com a ajuda de outros dois estagiários da Equipe de Expedição e Distribuição de Correspondência (SGA.7) e a coordenação da Equipe de Seleção, Desenvolvimento e Avaliação de Pessoal (SGA.14).

Segundo Yara Falconi, supervisora da SGA.14, “a atividade feita com os estudantes, além de ter promovido um espaço para integração, ofereceu oportunidade de colocarem em prática os conhecimentos adquiridos em suas equipes de trabalho”.



# Gastronomia nas ruas

Câmara prepara lei para regulamentar o comércio ambulante de comida

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



A cidade de São Paulo abre o apetite de quem anda por suas ruas. Afinal, nelas sente-se o cheiro de pipoca, cachorro-quente, milho cozido, churrasco grego, espetinhos, acarajé, pastel, churro, sanduíche de pernil, frutas variadas, yakisoba e de tantas outras delícias vendidas por ambulantes.

A comida de rua faz tanto sucesso que na cidade há eventos específicos durante os quais chefs renomados montam barracas para vender suas especialidades, como O Mercado Festival Gastronômico, Chefs na Rua e Feirinha Gastronômica, sempre com muito público.

Apesar dessa riqueza, o comércio de comida de rua praticamente não é regulamentado. As únicas exceções são as barracas de pastel e frutas nas feiras (que obtêm licença da Prefeitura) e alguns veículos que comercializam cachorro-quente que conseguiram autorização da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Desde 2007, porém, nenhuma licença é concedida para os dogueiros, como são chamados os vendedores de hot dog,

**REGULARIZAÇÃO**  
Matarazzo diz que projeto é para formalizar algo que já existe de fato, mas ainda não tem regras

**ESPERANÇA**

A ambulante Márcia Uchoa de Godoy tem “fé em Deus que o projeto será aprovado, pois é ótimo pra quem quer trabalhar”

Essa lacuna legal está sendo preenchida pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), onde parlamentares preparam uma lei para regulamentar a venda de todos os tipos de comida de rua. Apresentado inicialmente pelo vereador Andrea Matarazzo (PSDB), o projeto de lei 311/2013 foi endossado por Arselino Tatto (PT), Marco Aurélio Cunha

(PSD), Ricardo Nunes (PMDB), Floriano Pesaro (PSDB) e Goulart (PSD), que se tornaram coautores.

Em 4 de setembro a iniciativa foi aprovada, por unanimidade, em primeira votação. Para Matarazzo, isso ocorreu porque os vereadores perceberam a necessidade de regulamentar a situação dos vendedores: “São Paulo toda consome esses produtos,

da Cidade Tiradentes à Avenida Luís Carlos Berrini”. Para se tornar lei, o projeto ainda precisa ser aprovado em segunda votação e ser sancionado pelo prefeito Fernando Haddad (PT), o que, segundo Matarazzo, deve ocorrer rapidamente.

**OTIMISMO**

Em 18 de setembro, foi realizado na CMSP um Encontro Público para analisar a questão. Compareceram chefes de cozinha e vendedores ambulantes. Durante os debates, o chefe Andre Mifano, proprietário de um restaurante e de um *food truck*, disse esperar que as pessoas “menos favorecidas possam se sustentar de uma atividade tão rica como essa”.

Checho Gonzales, idealizador de O Mercado Festival Gastronômico, que reúne vários cozinheiros para vender suas especialidades a preços bem mais baratos do que os cobrados nos restaurantes, afirmou que eventos desse tipo têm um enorme potencial de sucesso. “É um mercado muito atraente. Com certeza essa lei vai aumentar o movimento também em bairros distantes”, aposta Gonzales.

O dogueiro Thiago Niza está animado com a possibilidade de regulamentação. No encontro, ele falou sobre o sofrimento que enfrenta por não ter uma atividade regularizada. “Sempre há agressões da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana nas fiscalizações”. Porém, dias depois, em entrevista à **Apartes**, ele se mostrou preocupado com a concorrência que pode haver com a chegada de grandes empresários ao mercado de comida de rua. Ele, que vende cachorros-quentes preparados no porta-malas de seu veículo, na porta de estádios e de casas de shows, sugere que a lei determine que a licença





**LÁ FORA** • Um dos melhores hambúrgueres de Paris é servido nas ruas

## Tendência mundial

Fazer as refeições na rua faz parte do cotidiano das grandes cidades do mundo. Roma é famosa por seus sorvetes; Paris, pelos crepes; Nova York, pelos hot dogs. Mas nos últimos anos, principalmente nos Estados Unidos, essa tendência se intensificou e surgiram os caminhões de comida gourmet, com pratos rápidos e sofisticados de várias regiões do mundo a um preço mais acessível.

A comida de rua ficou tão importante que este ano até ganhou uma enciclopédia, a *Street Food Around the World: An Encyclopedia of Food and Culture (Comida de Rua ao Redor do Mundo: uma Enciclopédia sobre Comida e Cultura*, em tradução literal), organizada por Bruce Kraig e Colleen Taylor Sen. Nela há informações sobre o comércio ambulante de alimentos em mais de 100 países, além de 150 receitas para quem quiser fazer em casa as delícias da rua. A parte que trata do Brasil foi escrita pela jornalista Olívia Fraga.

Outro sinal de prestígio da comida de rua foi que o guia gastronômico francês *Le Fooding*, na edição de 2013, indicou o trailer *Le Camion qui Fume* um dos melhores lugares para se comer um hambúrguer em Paris.

seja dada só para quem vai trabalhar diretamente na venda, não para quem vai terceirizar o serviço.

A vendedora de frutas Márcia Uchoa de Godoy também está otimista. “Esta lei é ótima pra quem quer trabalhar. É muito ruim ficar com medo da perseguição dos fiscais”, disse ela, enquanto atendia aos fregueses em uma esquina da Bela Vista. “Tenho fé em Deus que ela será aprovada.”

### APOIO AO EMPREENDEDOR

Na justificativa do projeto, os vereadores, além de reconhecerem a importância econômica desse tipo de comércio, afirmam ser “inegável que a comida de rua consolidou-se como uma alternativa aos cidadãos que fazem suas refeições fora de casa, quer pela agilidade, pelo menor custo, por complementarem o abastecimento e oferta de alimentos em locais pouco servidos de bares e restaurantes, ou até mesmo pela gastronomia envolvida na escolha de um quitute, doce ou refeição preparada tradicionalmente na rua”.

Matarazzo explica que a lei vem para formalizar algo que já existe de fato, mas que ainda não tem regras. Ele informou que as principais cidades do mundo já regulamentaram a questão e ressaltou que esse tipo de venda, muitas vezes, é apenas o primeiro passo: “É fundamental apoiarmos o empreendedorismo”.

Pelo projeto, o comércio ambulante de comida se divide em três categorias: carrinhos de mão (como os



**OPORTUNIDADE**  
Mifano (ao centro), dono de restaurante e de *food truck*, acredita que o comércio de rua pode beneficiar muita gente

dos pipoqueiros e dos vendedores de milho), barracas desmontáveis (como as das feiras), que só seriam permitidas em eventos, e os veículos motorizados, caso dos *food trucks* (caminhões de comida, na tradução literal), como são chamados, principalmente, os trailers e furgões destinados a vender alimentos.

Em cada uma das 31 Subprefeituras da cidade haverá uma Comissão de Comida de Rua, formada por dois representantes das associações de bairro ou moradores da região, um representante da Secretaria de Saúde, um da CET, um do Conselho de Segurança (Conseg) e por um funcionário da Subprefeitura. Esse grupo concederá um Termo de Permissão de Uso, além de determinar o ponto e o horário em que os vendedores podem trabalhar. O armazenamento, transporte, manipulação e venda de alimentos seguirão a legislação sanitária das esferas municipal, estadual e federal.

Quando o comerciante for locado em uma calçada, ele deverá manter ao menos 1,2 metro para circulação de pessoas. A fiscaliza-

ção ficará a cargo da Subprefeitura e sua Comissão. A venda de bebida alcoólica será proibida, exceto nos eventos, situação em que será necessária uma licença especial.

Pelo projeto aprovado em primeira votação, a validade do alvará seria de um ano, mas já há um acordo para que, na segunda votação, seja especificado que a validade será de dois anos, com possibilidade de renovação.

Matarazzo explicou que o objetivo da proposta é assegurar a tranquilidade de quem trabalha com o comércio de comida de rua, sem que haja riscos de o comerciante ter seu equipamento apreendido a qualquer momento. Ao mesmo tempo, garante os requisitos necessários para a fiscalização das condições de higiene e segurança dos alimentos.

Para auxiliar os vendedores de comida de rua, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Sebrae-SP), que apresentou sugestões ao projeto, oferece uma assessoria especial, o Receita de Sucesso, na qual podem obter dicas sobre gestão de negócios.

### DOAÇÃO

O projeto também se propõe a disciplinar a doação e distribuição gratuita de alimentos nas ruas, para que essas ações sejam realizadas mediante um processo de autorização semelhante ao que deve ocorrer com o comércio de comida de rua. Os vereadores ressaltam que, atualmente, essas iniciativas de caridade são proibidas e que a lei proposta pretende permitir que a doação e a distribuição sejam feitas “de modo a garantir a segurança do alimento e o convívio harmonioso com outras normas de uso do espaço público”.



**FEIRINHA**  
Eventos como a Feirinha Gastronômica costumam atrair grande público





ESCUTA  
Vereadores ouvem opiniões  
sobre PL do Plano Diretor

Fábio Lazzari/CMSP

# Hora de ouvir

Câmara realiza 43 audiências públicas para debater novo Plano Diretor

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Para o laboratorista Anderson Fernandes Portela, que completou 33 anos em 26 de outubro, a audiência pública regional sobre o Plano Diretor Estratégico (PDE), realizada pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) naquele dia, na zona leste de São Paulo, foi “um presente de aniversário”. “Se a gente não sair da nossa casa para colocar nossas prioridades agora, por mais dez anos vamos continuar esquecidos”, disse.

Anderson estava entre as cerca de 300 pessoas que participaram do evento, uma das 43 audiências públicas que a CMSP pretende realizar, até o final do ano,

para debater o Projeto de Lei (PL) 688/2013, que cria o novo Plano Diretor do Município de São Paulo. Espécie de Constituição do planejamento urbano, o PDE serve para dizer como a cidade vai se organizar para produzir qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento econômico nos próximos dez anos.

## OUVINDO 11 MILHÕES

Elaborado pela Prefeitura, o Projeto de Lei foi encaminhado em setembro à Câmara. Com base nos debates realizados nas 43 audiências públicas, a Co-

missão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente vai propor um substitutivo ao PL, que deve ser apresentado no início do ano que vem.

A audiência do dia 26, realizada no Centro Educacional Unificado (CEU) Jambeiro, em Guaianazes, foi a primeira das quatro grandes audiências regionais planejadas para o debate do Plano. Além das regionais, voltadas para debater questões mais amplas das zonas norte, sul, leste, oeste e central, as temáticas debaterão temas do PDE, como criação de moradia e proteção ambiental. Haverá, ainda, audiências para abordar questões de cada uma das Subprefeituras.

Não é fácil ouvir uma cidade de 11,8 milhões de habitantes. O vereador Nabil Bonduki (PT), relator do projeto do PDE, que já havia participado das discussões sobre a versão anterior do Plano Diretor, em 2002, reconhece: “É muito difícil fazer um processo participativo numa cidade tão grande”. Por isso,

Nabil afirma que é necessário “ter vários instrumentos de participação para garantir que esse é o projeto que a cidade quer”. Além das audiências públicas, a população pode enviar suas sugestões pelo site [planodiretor.camara.sp.gov.br](http://planodiretor.camara.sp.gov.br).

## PLANOS PARA A ZL

“Estamos aqui para ouvir o que vocês querem para São Paulo”, disse o vereador Paulo Frange (PTB), membro da Comissão de Política Urbana, dirigindo-se aos moradores da zona leste que foram ao auditório do CEU Jambeiro. Os vereadores destacaram a importância da participação popular na elaboração do substitutivo. “Quem conhece o lugar é quem mora. Vocês são as pessoas mais indicadas para falar sobre esses assuntos locais”, afirmou o presidente da Comissão, vereador Andrea Matarazzo (PSDB).

Nas falas dos moradores da zona leste, uma das questões mais levantadas foi a necessidade de re-



PARTICIPAÇÃO  
Débora gostou da audiência:  
“Agora vou participar de todas”

gularização fundiária. Apenas nos distritos de Lajeado e Guaianazes, cerca de 80% dos lotes são irregulares, segundo dados apresentados no encontro pelo subprefeito de Guaianazes, Alfredo Ennsner. A situação dos pequenos comércios,

## ZONA LESTE • Moradora participa de audiência no CEU Jambeiro



Mozart Gomes/CMSP



vários deles considerados irregulares pela legislação atual, foi outro tema abordado. O secretário de Desenvolvimento Urbano, Fernando Melo Franco, afirmou que o PDE vai retirar as restrições para uso não residencial que atingem várias ruas da região. “Tirando isso, contribuimos bastante para não haver irregularidade e gerar emprego”, afirmou.

Uma das principais estratégias do PDE é a de levar mais pessoas para morar e trabalhar nos locais próximos às redes de transporte instaladas nas áreas entre os Rios Pinheiros e Tietê – entre elas, a Avenida Jacu-Pêssego, na zona leste. “Queremos que a zona leste cresça tanto quanto o centro de São Paulo”, afirmou o vereador Gilson Barreto (PSDB).

Participantes da audiência reclamaram que os incentivos dados à Jacu-Pêssego poderiam prejudicar o comércio que já existe em Itaquera. “O adensamento da Jacu-Pêssego vai matar o centro comercial de Itaquera”, reclamou a arquiteta Débora

**EQUILÍBRIO**

**Gilson Barreto: “Que a zona leste cresça tanto quanto o centro”**



Fábio Lazari/CMSP



Ricardo Rocha/CMSP

**CONFUSÃO**  
Manifestação termina em confronto no Palácio Anchieta

## Protesto e confronto

Nem todas as discussões sobre o Plano Diretor ocorreram com tranquilidade. Em 15 de outubro, uma manifestação de aproximadamente 300 militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) terminou em confronto com guardas civis municipais e PMs na entrada do Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal.

Após a confusão, o presidente da Casa, José Américo (PT), recebeu uma comissão do MTST. Segundo Guilherme Boulos, da coordenação nacional do movimento, o grupo reivindica que, no substitutivo ao Plano Diretor, os vereadores mantenham a demarcação de todas as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) previstas no projeto original da Prefeitura e acrescentem outras.

José Américo disse que as solicitações eram justas e convidou os militantes a participarem das audiências sobre o Plano, afirmando que a Casa está aberta a todos os segmentos da sociedade. “Recebemos aqui dentro até os Black Blocs. Acho que fomos a única instituição que dialogou com eles”, afirmou.

Rodrigues, 40 anos, que pela primeira vez esteve numa audiência pública. “Gostei. Agora vou participar de todas. Sou briguenta.”

O relator Nabil Bonduki disse que levaria em conta essa sugestão, entre outras, na elaboração do substitutivo. “Trabalhamos com a informação de que a zona leste é uma região de poucos empregos, mas as questões levantadas aqui nos fazem olhar também para os empregos que já existem”, afirmou.

Nem todas as colocações tinham relação com o Plano Dire-

tor. Os moradores aproveitaram para falar de vários problemas, como violência urbana, falta de creches, o destino do lixo, espaços para idosos, mudanças nas linhas de ônibus. “O pessoal tem muita coisa entalada na garganta. A periferia precisa de desenvolvimento”, disse o desempregado William Ferreira, 33 anos, que ficou sabendo da audiência pela TV. “A gente faz a nossa parte participando. Agora, eles (os vereadores) não podem só ouvir nossa opinião. Têm que colocar na prática, também.”



Ricardo Rocha/CMSP

**CONSCIENTIZAÇÃO** • Palácio Anchieta ficou em tons de rosa pelo terceiro ano seguido

# Luz pela prevenção do câncer de mama

Câmara iluminou sua sede em adesão ao movimento mundial Outubro Rosa

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

**A** Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) iluminou sua sede, o Palácio Anchieta, em adesão ao Outubro Rosa, campanha mundial pela importância da detecção precoce do câncer de mama. Este é o terceiro ano consecutivo em que a Câmara participa da iniciativa, que surgiu na década de 1990, nos Estados Unidos.

Em São Paulo, outros prédios icônicos ganharam luzes cor-de-rosa, incluindo o da Prefeitura, o Edifício Matarazzo, o Theatro Municipal, o Monumento às Bandeiras, o Obelisco do Ibirapuera e a Ponte Estaiada. Em Brasília, o Congresso Nacional foi um dos que também aderiram.

Em 2013 estima-se que 52 mil novos casos da doença surjam entre as brasileiras, segundo o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Mulheres entre 40 e 49 anos devem se submeter a exame clínico das mamas anualmente. Dos 50 aos 69 anos devem ser feitas mamografias a cada dois anos. Quem tem histórico de câncer de mama ou ovário na família deve fazer acompanhamento a partir dos 35 anos.

Em outras campanhas, a CMSP já ganhou luzes amarelas (iniciativa da Organização Mundial da Saúde pela redução da violência no trânsito), verdes (comemoração ao Dia do Meio Ambiente) e azuis (pelo Dia Mundial da Diabete e pela promoção de hábitos saudáveis). Em outras oportunidades, a sede do Legislativo paulistano teve as luzes apagadas em adesão à Hora do Planeta, ato que chama a atenção para o aquecimento global.

Mais informações sobre o câncer de mama em [www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br).





# Câmara vota Orçamento da cidade

Aumento do IPTU é o ponto mais polêmico da proposta

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

O **Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)** para 2014 foi apresentado à Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) pelo prefeito Fernando Haddad (PT) no dia 30 de setembro. O documento fixa as despesas e estima em mais de R\$ 50 bilhões a receita de 2014. Mesmo com aumento na arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) inferior ao previsto pelo Executivo, o Orçamento do próximo ano deve ficar 20% acima dos R\$ 42 bilhões da receita de 2013.

O montante será usado para implementar políticas públicas nos poderes municipais, em seus fundos (para fins específicos, como educação e transporte) e nos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Também será investido nas empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Quando chegou à Câmara, o PLOA foi direto para a Comissão de Finanças e Orçamento, sem necessidade de leitura prévia em Plenário. Uma cópia do texto foi distribuída a cada vereador. A Comissão é legalmente obriga-

da a convocar pelo menos duas audiências públicas durante a tramitação do projeto, que deve ter voto favorável de 28 ou mais parlamentares em duas votações, até 31 de dezembro, para depois passar pela sanção do prefeito.

Além das duas audiências previstas por lei, outras 13 foram agendadas até 9 de dezembro, quando o PLOA já deverá ter recebido os primeiros pareceres, passado pela primeira votação e recebido todas as emendas. “A ideia é receber sugestões no maior número possível de audiências e, ao final, apresentar uma proposta próxima do que foi sugerido com a participação popular”, afirmou o relator do projeto do Orçamento, Paulo Fiorilo (PT), na primeira audiência pública sobre o projeto, em 23 de outubro. O local, a data e o horário de todos os encontros estão disponíveis em [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br). Qualquer cidadão pode participar.

Se o Legislativo não encerrar a votação do Orçamento até o último dia do ano, valerá para 2014 o orçamento de 2013. Mas essa é uma possibilidade muito remota. O consultor-geral técnico de Economia e Orçamento da

CMSP, Gilberto Rodrigues Hashimoto, lembra que isso nunca aconteceu desde que a Lei Orgânica do Município, de 1990, está em vigor.

## RECEITA POLÊMICA

O PLOA prevê aumento na arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em comparação a 2013. Um dos destinos dessa nova verba será o subsídio ao transporte coletivo, para manter a tarifa de ônibus em R\$ 3, segundo Haddad. A receita extra está prevista em Projeto de Lei (PL) enviado à CMSP pelo prefeito atualizando os valores unitários de metro quadrado de construção e de terreno (utilizados no cálculo do valor venal dos imóveis) do Município, revendo as faixas de valor venal e reduzindo as alíquotas de IPTU em 0,1 ponto percentual. A atualização do valor venal a partir de 2013, sempre no primeiro e no terceiro ano do mandato do prefeito, é uma imposição da lei municipal 15.044/2009. Assim que sancionado e virar lei, o PL de Haddad determinará que a atualização seja feita em intervalos

## SUGESTÃO

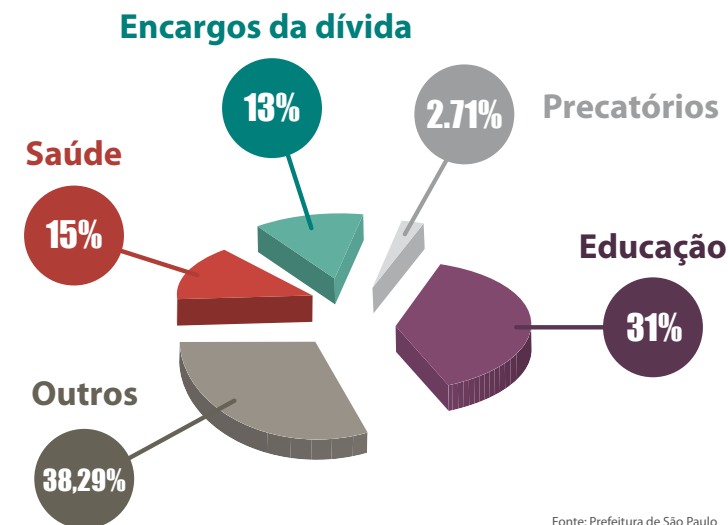
Vereador Adilson Amadeu diz ter feito um estudo para a cidade arrecadar mais



Equipe de Eventos/CMSP

## Orçamento: receitas vinculadas

Percentuais mínimos a serem garantidos na lei orçamentária:



maiores: a cada quatro anos (no fim do primeiro ano de cada mandato). Multiplicando-se a alíquota pelo valor venal, tem-se o valor do imposto, que chegará, na média, 14,1% maior aos contribuintes em 2014 (já embutida a inflação, estimada em 6%). Os imóveis residenciais terão aumento médio de 10,7%; os demais ficarão com 31,4%. Essa média considera extremos como o desconto médio de 12,1% a residências do Parque do Carmo, na zona leste, e o aumento médio de 19,8% na Vila Mariana, zona sul.

O secretário municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Marcos Cruz, reforçou em audiência pública na Câmara Municipal que, apesar de considerar a valorização real e a inflação, “o novo valor venal dos imóveis chegará somente à metade do valor de mercado”.

Para proteger os contribuintes donos de imóveis cuja valorização imobiliária foi muito acima da média, os vereadores sugeriram e ficou aprovado que o ajuste máximo para

2014 será de 20% para residências e de 35% para demais imóveis (veja box na pág. 18). O prefeito havia proposto tetos (também chamados de travas) de 30% e 45%, respectivamente – mesmos percentuais determinados pela lei de 2009 para os anos de 2010 a 2012.

O que superar os tetos será repassado, juntamente com a correção inflacionária, entre 2015 e 2017. Em 2018 será feito novo ajuste do valor venal. Haverá um único teto para a cobrança da inflação e o residual do aumento do IPTU nesses três anos: 10% ao ano para as residências e 15% para os demais imóveis. A atualização do metro quadrado a ser aplicada em 2018 deverá determinar como será cobrado o eventual resíduo remanescente dos imóveis beneficiados pela trava até 2017.

No texto aprovado com as alterações propostas pelos vereadores, a partir de 2014 terão desconto de 50% no imposto os aposentados e pensionistas que recebem um valor bruto maior que três e até quatro



# IPTU

## Simulação do imposto residencial a pagar nos próximos anos

| IPTU pago em 2013 | Varição de imposto* | 2014 (teto de 20%) | 2015 (teto de 10%) | 2016 (teto de 10%) | 2017 (teto de 10%) | Residual   |
|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|
| R\$ 100           | 60%                 | R\$ 120            | R\$ 132            | R\$ 145,20         | R\$ 159,72         | R\$ 135,61 |
| R\$ 100           | 30%                 | R\$ 120            | R\$ 132            | R\$ 144,12         | R\$ 151,56         | R\$ 15,01  |
| R\$ 100           | 10%                 | R\$ 110            | R\$ 115,93         | R\$ 121,95         | R\$ 128,24         | R\$ 0      |
| R\$ 100           | -15%                | R\$ 85             | R\$ 89,58          | R\$ 94,23          | R\$ 99,09          | R\$ 0      |

\* Os aumentos e o desconto de IPTU são hipotéticos e foram escolhidos para fins de exemplificação

- Projeção com base na correção inflacionária prevista pelo governo municipal e divulgada na proposta do Plano Plurianual de 2014 a 2017 (PL nº 694/13): 5,39% para 2015, 5,19% para 2016 e 5,16% para 2017.
- Não foram considerados os critérios que reduzem o valor do IPTU ao longo do tempo, como o fator obsolescência (quanto mais antiga a construção, maior a depreciação e o desconto).

Fonte: Assessoria Coletiva da Bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo

salários mínimos. Para a faixa acima de quatro e até cinco salários, haverá desconto de 30%. Fica mantida a isenção total para aposentados que recebem até três salários mínimos. Nos três casos, as regras valem para residências de até R\$ 1 milhão, para quem possuir apenas um imóvel no Município e morar nele. O número total de isentos permanecerá em cerca de 1 milhão, como em 2013, e representa um terço dos contribuintes paulistanos. O Decreto 52.884/2011, disponível no portal da CMSP, mostra todos os casos em que é possível não pagar IPTU.

Outra novidade criada pelo prefeito para o ano que vem é a diferenciação, de acordo com a zona fiscal, do valor de metro quadrado construído. Quanto mais distante do Centro, menor será o IPTU. Com isso, áreas periféricas como Parelhei-

ros, Itaquera e Grajaú, que ficam na zona fiscal 3, terão valores de metro quadrado de construção menores do que os imóveis da zona 1, na área central da cidade, que inclui a região do Pacaembu, por exemplo.

### DISPUTA NA JUSTIÇA

O projeto de lei do IPTU foi aprovado em segunda e definitiva votação pelos vereadores na noite de 29 de outubro, após a realização das duas audiências públicas obrigatórias para coletar as opiniões de cidadãos. Em 6 de novembro, foi publicada a sanção do projeto. No mesmo dia, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) suspendeu a validade da lei, reforçando a liminar do dia 5 que impedia a sanção devido a possível ofensa de princípios constitucionais, como a publicidade da votação. Os parlamentares de

oposição também criticaram os governistas por agilizarem o trâmite, possibilitando a aprovação um dia antes de uma audiência pública que prometia ser agitada, com muitas manifestações contrárias ao aumento do imposto. A Prefeitura não havia sido notificada quando transformou o projeto em lei. Ainda cabe recurso contra a decisão judicial.

Como as travas aprovadas diminuem as fontes de receita previstas no PL do Executivo, a Câmara terá de indicar onde fará os cortes de despesas. O texto final será enviado para a sanção do prefeito.

O assunto gerou reação na sociedade e entre os parlamentares durante o processo de votação. “Precisamos entender que mudar alíquota é uma proposta diferenciada dos outros anos. É um projeto de impacto muito grande para a economia da cidade e



### AUDIÊNCIA

Vereadores Jair Tatto, Ricardo Nunes, Fiorilo, Tripoli, Marta Costa e a secretária municipal de Planejamento, Leda Paulani, durante audiência pública sobre o Orçamento

da população”, disse o vereador Roberto Tripoli (PV), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento.

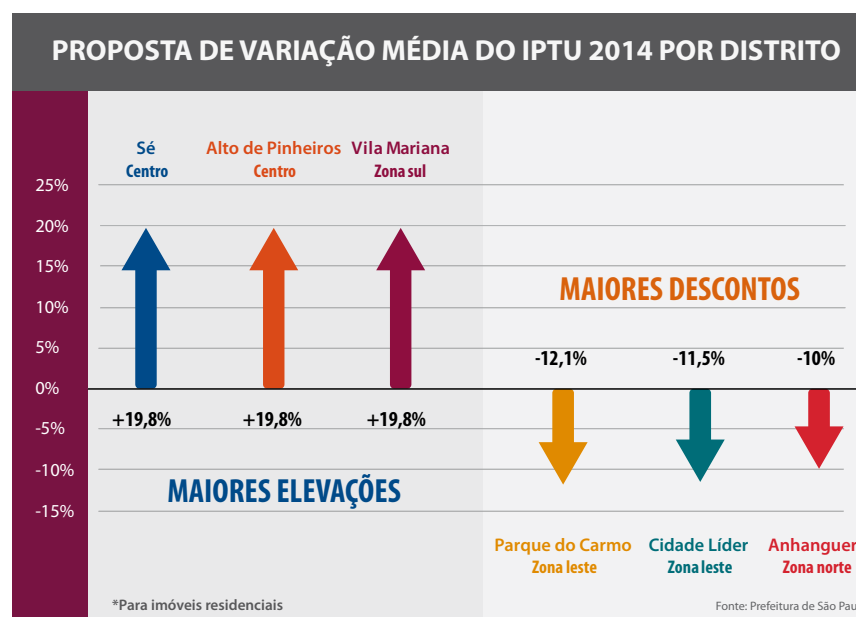
O vereador Andrea Matarazzo (PSDB) considera que o aumento é abusivo, muito acima do crescimento do poder de compra da população. Ele também foi contrário aos novos tetos de aumento do imposto. O vereador Adilson Amadeu (PTB),

membro da Comissão de Finanças e Orçamento, acredita que a Prefeitura deixa de arrecadar mais de R\$ 1 bilhão somente de imóveis residenciais com áreas adicionais não regularizadas, os chamados “puxadinhos”. Ele diz ter feito um estudo com a ajuda de auditores e agentes fiscais e prometeu “dar a fórmula quando o prefeito quiser entender”.

Para Fiorilo, o debate sobre a necessidade de correção do valor venal deveria ter sido feito em 2009. “O projeto daquele ano já previa todo esse processo. Não existem vereadores de calças curtas, mas de memória curta”, disse o relator.

O PLOA deve ser compatível com o Plano Plurianual 2014-2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano. Também deve incorporar as prioridades e ações estratégicas do Programa de Metas e da lei do Plano Diretor.

Na primeira audiência pública sobre o projeto orçamentário, os cidadãos começaram a expor suas sugestões. Dorberto Carvalho, diretor da Cooperativa Paulista de Teatro, que representa mais de 750 grupos de artes cênicas paulistanos, disse que vai propor a destinação de 2% do Orçamento à Cultura da cidade. “O pequeno filete de menos de 1% proposto pelo Executivo não reflete a necessidade da população de acesso e fruição dos bens culturais”, expôs aos vereadores.





# Uma correção na história

Câmara restitui mandatos de 42 vereadores cassados, entre 1937 e 1969, por ações autoritárias de ditaduras e democracias

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Em novembro de 1948, manifestantes protestam contra o fechamento do PCB

**A**os 95 anos, Armando Pastrelli gosta de pendurar lembranças no apartamento onde mora, em São Bernardo do Campo (SP). As molduras espalhadas pelas paredes enquadram fotos da esposa com quem viveu por 64 anos, prêmios literários, um cartão de boas festas do líder comunista Luiz Carlos Prestes, datado de 1962, condecorações, postais de vários países. Entre os pedaços emoldurados de sua vida que Pastrelli gosta de mostrar, estão seus títulos eleitorais e os comprovantes das votações de que participou.

“Sou favorável à democracia. É o regime melhor que existe”, diz Pastrelli, primeiro com orgulho, depois com uma nota mais amarga: “A democracia só não funciona tão bem porque a humanidade ainda está muito ruim. Já disseram que é impossível fazer-

se para a humanidade um regime social de bem-estar e felicidade para todos porque a matéria-prima que nós temos é muito ordinária”.

Pastrelli teve uma boa imagem dessa “matéria-prima ordinária” em ação no primeiro dia de 1948, quando se dirigiu para a posse dos vereadores na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Eleito com 3.105 votos, ele foi barrado pela polícia ao tentar entrar na sede do Legislativo municipal, localizada no Palacete Prates, na Rua Líbero Badaró, região central. “Não me deixaram nem assistir à posse dos outros”, lembra. No dia anterior, ele e outros 14 vereadores eleitos haviam sido cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral. O crime? Serem comunistas.

Não foram os únicos. Entre 1937 e 1969, 42 vereadores escolhidos pelos paulistanos perderam seus



mandatos em ações autoritárias, praticadas tanto por ditaduras como por regimes considerados democráticos. Agora, a Câmara Municipal decidiu fazer a restituição simbólica dos seus mandatos, para reparar os abusos cometidos contra os parlamentares e seus eleitores.

**DE FASCISTAS A COMUNISTAS**

Em 28 de setembro, a CMSP publicou a Resolução 20, que “reconhece como atos antidemocráticos e injustos a cassação dos direitos políticos” daqueles vereadores e estabelece que seus nomes “serão inscritos nos anais desta Câmara Municipal como dignos representantes dos cidadãos paulistanos”. A resolução é assinada pelos vereadores Gilberto Natalini (PV), Juliana Cardoso (PT), Rubens Calvo (PMDB), José Police Neto (PSD), Laércio Benko (PHS), Mário Covas Neto (PSDB), Ricardo Young (PPS), José Américo (PT) e Orlando Silva (PCdoB).

O próximo passo é uma sessão solene, marcada para 9 de dezembro, no Palácio Anchieta, que vai celebrar a restituição dos mandatos com a entrega simbólica dos 42 diplomas de vereador. Funcionários dos gabinetes de Natalini e Orlando Silva, junto com a Fundação Maurício Grabois, estão fazendo pesquisas em diversas fontes para localizar as famílias dos homenageados que irão à cerimônia. O evento deve ser presidido por dois dos políticos cassados, Armando Pastrelli e Moacir Longo. Uma placa de metal com o nome dos parlamentares será instalada no térreo do Palácio.

“Se os eleitores de São Paulo escolheram esses 42 vereadores, nenhuma decisão autoritária poderia ter impedido que eles assumissem ou cassado seus mandatos. Se acon-

teceu, nossa luta é para que não torne a acontecer”, afirma o presidente da Câmara, José Américo.

“Depois de 66 anos, a Câmara reconhece que fomos vítimas de uma injustiça”, comentou o ex-vereador Armando Pastrelli (saiba mais na pág. 24), ao conhecer o roteiro da homenagem. “É um gesto muito bonito.”

Política e ideologicamente, tem de tudo na lista dos vereadores homenageados. Começa com a aristocrática Câmara Municipal fechada pelo Estado Novo em 1937, formada principalmente por membros da elite paulistana, todos conservadores e anticomunistas – um deles, o integralista José Ferreira Alves Cyrillo, admirador confesso dos regimes fascistas e nazistas. A seguir, vêm os 19 vereadores impedidos pela Justiça Eleitoral de tomarem posse, em



**INÍCIO**  
Vereador Orlando Silva, autor da resolução que incluiu os comunistas cassados em 1947 nos anais da Câmara

**REUNIDOS**

Vereador Gilberto Natalini, Anivaldo Padilha, da Comissão Nacional da Verdade, e vereadora Juliana Cardoso durante reunião da Comissão Municipal da Verdade



**DESAGRAVO** • Reunião da CMSP com sociedade civil debate restituição de mandatos

1947 e 1951, pela acusação de serem comunistas. Entre os cassados dessa leva, estava Elisa Kauffmann Abramovich, impedida de se tornar a primeira mulher na Câmara dos Vereadores de São Paulo (saiba mais na pág. 31).

Os outros três cassados, em 1964 e 1969, foram vítimas da última ditadura militar, mas também eram bem diferentes entre si. Moacir Longo era militante comunista de carteirinha, opositor de primeira hora do golpe de 1964 (saiba mais na pág. 32), enquanto José Tinoço Barreto e Francisco Mariani Guariba eram militares que haviam apoiado o golpe de 31 de março.

“Tem gente de esquerda e de direita nos homenageados. Não levamos em conta a ideologia”, explica o vereador Gilberto Natalini, presidente da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da CMSP. Segundo ele, “a ideia central é fazer justiça a pessoas que foram perseguidas”.

**DESCULPAS PELA ATROCIDADE**

Olhar para trás, lembrar-se dos perseguidos pelo Estado e buscar fazer justiça a cada um deles é um movimento que o Brasil começa a adotar nos últimos anos. Um marco nesse processo foi a instalação, no ano pas-

sado, da Comissão Nacional da Verdade, destinada a apurar os crimes cometidos pelo Estado entre 1946 e 1988, que vem agindo em parceria com várias outras comissões do mesmo tipo, entre elas a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

As devoluções de mandatos arbitrariamente cassados começaram na Câmara dos Deputados. Em março deste ano, resolução da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) devolveu os mandatos de 14 deputados comunistas cassados em 1948. Entre os nomes, gente como o escritor Jorge Amado e o líder político Carlos Marighella. O Senado também fez sua parte, com a restituição póstuma do mandato de Luís Carlos Prestes e de seu suplente, Abel Chermont. Em sessão solene no dia 22 de maio, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pediu desculpas, em nome do Congresso Nacional, à família de Prestes, “pela atrocidade patrocinada pelo Estado contra um ilustre brasileiro”.

O gesto do Congresso foi seguido, na Câmara Municipal, por Orlando Silva, autor da Resolução 13/2013, que incluiu os 15 comunistas cassados em 1947 nos anais da Câmara como representantes do povo não empossados. “O ato de impedimento de posse destes parlamentares



se constituiu em ato de inominada violência contra a democracia e os princípios da soberania popular”, afirmou o vereador na justificativa do projeto. “Com esse gesto, a atual legislatura permite que esta Casa de leis se encontre com sua história e reforce sua vocação democrática”, disse, em entrevista.

A Câmara resolveu ir além. A Presidência da Casa, ao lado da Comissão Municipal da Verdade e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais, mais a Escola do Parlamento, decidiram ampliar a iniciativa de Orlando Silva e juntar numa mesma homenagem outros vereadores que tivessem perdido seus mandatos

de forma ilegítima, mesmo dentro dos períodos tidos como democráticos. Numa consulta ao Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral (Cemel-TRE), chegaram aos nomes dos 42 parlamentares.

“Este ato de desagravo mostra que a necessidade de passar o Brasil a limpo vai além da ditadura iniciada em 1964. Toda a história brasileira é marcada por atos de exacerbação do poder do Estado”, lembra o jornalista Milton Bellintani, diretor executivo da Escola do Parlamento da CMSP e coordenador da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

Devolver os mandatos tem uma importância “mais do que simbó-



**TERROR**  
Panfleto anticomunista distribuído por católicos em 1947

ARMANDO PASTRELLI

O operário que virou patrão



Mozart Gomes/CMSP

Numa reunião entre empresários e metalúrgicos em greve, o representante dos patrões apresenta sua planilha de custos

para explicar como não é possível conceder o aumento salarial solicitado. Em resposta, um dos operários exibe a lista de compras de uma dona de casa do cortiço para mostrar que, com aquele salário, não é possível viver.

Foi por conta de ações como essa que o metalúrgico Armando Pastrelli tornou-se líder operário e ganhou posição de destaque no Partidão, que o convidou a disputar as eleições municipais de 1947. Após ser eleito e cassado, Pastrelli cansou de ser perseguido pela polícia, saiu de São Paulo e decidiu recomeçar a vida trabalhando ao lado do irmão em Londrina (PR).

Abriu uma fábrica de máquinas para o ramo gráfico, deixando de ser operário para se tornar industrial. Mesmo virando patrão de 100 funcionários, afirma que não deixou de lado os ideais de justiça social. “Sempre tratei bem a todos os empregados. Eles me diziam: ‘O senhor trata a gente como gente’”. Viveu durante 64 anos com Catarina Tabain Pastrelli, falecida há três anos, com quem teve uma filha, quatro netos e cinco bisnetos.

Nascido em Catanduva (SP), filho de uma lavadeira que precisou lutar muito para criar sozinha os três filhos, Pastrelli só pôde estudar até a terceira série do ensino fundamental, mas se orgulha de ter estudado por conta própria. Escreveu centenas de crônicas, publicadas no jornal *Folha do ABC* e em publicações do Rotary Club, do qual foi presidente. Por ter recebido prêmios literários, como o Talentos da Maturidade, e uma comenda da Academia Brasileira de História, gosta de ser chamado de comendador. “É alguém que presta serviços relevantes a uma comunidade”, diz.

Cassados pelo golpe do Estado Novo (1937)

Alexandre Albuquerque

**2.195 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1880 ⇨1940. Arquiteto e engenheiro. Autor da sede da Caixa (Sé). Fundou a primeira Escola de Belas-Artes de São Paulo. Um dos fundadores do Instituto de Engenharia. Vereador entre 1926 e 1929 e de 1929 a 1930.

Francisco Machado de Campos

**3.389 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1879 ⇨1957. Engenheiro. Prefeito de São Paulo em 1931. Secretário estadual de Viação e Obras Públicas. Diretor da Associação Comercial de São Paulo. Mesário provedor da Santa Casa. Vereador de 1923 a 1926.

José Ferreira da Rocha Filho

**2.158 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1903 ⇨1962. Advogado. Escrivão de cartório. Membro da Sociedade de São Vicente de Paula.

Luiz Tenorio de Brito

**1.832 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1887 ⇨1970. Bombeiro e delegado de polícia. Prefeito de Itapetecira da Serra. Membro e secretário do Instituto Histórico e Geográfico.

Orlando de Almeida Prado

**2.262 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
Fazendeiro de algodão. Ajudou a fundar a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, em 1917. Deputado estadual. Vereador entre 1923 e 1926 e em 1951.

Synesio Rocha

**1.512 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
Advogado e professor. Atuou no Tribunal de Contas do Estado. Secretário estadual de Justiça.

Achilles Bloch da Silva

**1.671 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1889 ⇨1955. Presidiu o Instituto de Previdência do Estado. Foi diretor do Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo.

Antonio Candido Vicente de Azevedo

**2.789 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1898 ⇨1973. Médico otorrinolaringologista. Sócio-fundador da Escola Paulista de Medicina. Diretor do Sindicato Médico do Estado de São Paulo.

José Adriano Marrey Junior

**4.349 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1885 ⇨1965. Advogado. Deputado federal e estadual. Duas vezes secretário estadual de Justiça. Autor do projeto que criou o Juizado de Menores em São Paulo. Vereador entre 1915 e 1920 e de 1948 a 1951.

Leonardo Pinto

**1.533 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1891 ⇨1947. Advogado, professor e bibliófilo. Procurador público do Município. Presidente do Centro de Estudos Interamericanos. Professor do Colégio Dante Alighieri. Autor de livros sobre direito e línguas.

Miguel Paulo Capalbo

**3.064 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1895 ⇨1958. Advogado, professor, bancário. Diretor da Carbonífera de Caçapava.

Reynaldo Smith de Vasconcellos

**2.000 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1902 ⇨1954. Médico. Vereador de 1948 a 1951.

Thiago Masagão Filho

**3.850 votos**  
*Partido Constitucionalista*

Alcides Chagas da Costa

**2.370 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
Advogado. Foi membro do Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo

Antonio José de Freitas

**1.819 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1886 ⇨1958. Comerciante e policial. Foi subdelegado de polícia e capitão da Guarda Nacional. Presidiu o Clube Português por 20 anos. Foi vereador em 1951.

José Ferreira Alves Cyrillo

**405 votos**  
*Ação Integralista Brasileira*  
★1912 ⇨1989. Advogado. Presidente regional do PRP e fundador da Associação Paulista de Municípios. Vereador entre 1948 e 1951.

Luiz Augusto Pereira de Queiroz

**2.908 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1890 ⇨1954. Engenheiro. Com Monteiro Lobato, criou a Companhia Petróleo do Brasil. Um dos fundadores do São Paulo F.C. e do Instituto de Engenharia. Deputado estadual. Vereador de 1923 a 1926.

Modesto Naclerio Homem Netto

**1.965 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1898 ⇨1962. Advogado atuante no Tribunal Militar da Força Pública. Militou pela UDN.

Sylvio Margarido

**1.559 votos**  
*Partido Republicano Paulista*  
★1893 ⇨1966. Advogado. Diretor da Fundação Cásper Libero.

Thomaz Lessa

**3.239 votos**  
*Partido Constitucionalista*  
★1895 ⇨1953. Advogado. Diretor do Instituto dos Advogados de São Paulo. Um dos fundadores da Liga Nacionalista. Filiado à UDN.



O procurador legislativo-chefe da Câmara Municipal de São Paulo, **Paulo Augusto Baccarin**, justifica o reestabelecimento, mesmo que simbólico, do mandato dos 42 vereadores cassados. Segundo ele, “é importante porque, quando se faz uma reparação histórica, você não deixa as coisas embaixo do tapete”. Baccarin também explica as diferenças entre as cassações ocorridas durante períodos ditatoriais e as realizadas após a Constituição de 1988. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

**Qual a importância da restituição simbólica desses mandatos?**

**Paulo Baccarin:** É uma reparação histórica. O delito penal já está prescrito. Os abusos foram cometidos. Essas pessoas foram ceifadas de sua cidadania de uma maneira ilegal, ilegítima. Mas tudo está prescrito. Guimarães Rosa [escritor mineiro] diz que o tempo embrulha tudo. Assim, tudo já passou, muitas dessas pessoas já morreram. E você não vai dar pra elas o direito à história? A restituição é importante porque, quando você faz uma reparação, não deixa as coisas embaixo do tapete. Houve uma cassação ilegítima e um dia isso foi reconhecido pela sociedade.

**A maioria das cassações ocorreu em períodos ditatoriais, mas também houve em períodos democráticos, como na presidência de Eurico Dutra e no segundo governo de Getúlio Vargas. Por que essas cassações são ilegítimas?**

Mesmo dentro de um período democrático, elas foram dirigidas contra os comunistas. Não foram cassações por atos de improbidade, mas por atos de consciência.

E isso as torna ilegítimas também, porque atentam contra a própria pluralidade da democracia.

**Pode-se dizer que esses períodos eram democracias?**

Pelo menos era estado de direito. Do ponto de vista sociológico, pode-se dizer que havia vários senões para chamar esses períodos de democracia. Por exemplo, de funto votava, o voto era ainda muito influenciado pelo poder econômico. Entretanto, as regras do jogo, do ponto de vista formal, estavam dadas e foram respeitadas. Então é uma democracia nesse sentido.

**Qual a diferença entre essas cassações e as que ocorreram depois da Constituição de 1988?**

Na ditadura, é um poder ilegítimo cassando um poder legítimo. É um nonsense jurídico, não pode ocorrer. A Constituição fala que todo poder emana do povo, não é letra morta. O titular do poder legítimo é o povo. Qualquer acesso ao poder de Estado que não seja lastreado pela vontade popular é ilegítimo. Já as cassações que



**REPARAÇÃO**  
Procurador-chefe afirma que pessoas têm “direito à história”

vieram depois da redemocratização são pautadas por decisões judiciais, com a observância do devido processo legal, e envolvem geralmente a improbidade administrativa. Ou quando é uma cassação política, decidida pelo Parlamento, envolve a quebra de decoro parlamentar.

“  
Um poder ilegítimo não pode cassar um poder legítimo”

**Como se define a quebra de decoro parlamentar?**

É a conduta incompatível com aquele que foi eleito, que se diz representante do povo e por isso deveria ser o primeiro a dar o exemplo. Ele é um parâmetro de conduta. O decoro parlamentar, propositadamente, é um conceito jurídico aberto. Não tem como definir o que é quebra de decoro parlamentar. É a sociedade que define o que é quebra de decoro, pois está ligado à moralidade da época. Uma parlamentar usando calça comprida no Plenário era considerado quebra de decoro. Não é mais. Quem decide é a sociedade naquele contexto, naquele momento histórico.

**Como um vereador pode ser cassado, atualmente?**

Por sentença judicial ou por decisão de seus pares. Tanto no processo político quanto no judicial há o devido processo legal, no qual é sagrado observar o contraditório e a ampla defesa. O juízo de valor no Judiciário está ligado aos termos da lei. No Parlamento há o juízo político, que tem a ver com o momento da sociedade.

**Um cidadão pode pedir a cassação de um vereador?**

Ele pode fazer uma denúncia à Corregedoria da Câmara, que analisa a questão e, se for o caso, pede a cassação.

lica”, segundo a vereadora Juliana Cardoso, presidente da Comissão de Direitos Humanos da CMSP. “A homenagem faz um resgate da nossa memória, para que coisas assim não aconteçam mais.”

**“ONDE ESTÁ O OPERÁRIO?”**

A trajetória dos vereadores que a Câmara agora homenageia e das cassações que destruíram o valor de 146.498 votos dados por eleitores paulistanos, em cinco votações diferentes, são um pouco a história

da consolidação da democracia brasileira no século 20.

A história começa com a Revolução de 1930, movimento que pôs fim à República Velha, um sistema autoritário em que oligarquias rurais dominavam todos os setores da vida política, sem abrir espaço para os menos endinheirados. Era um sistema de cartas tão marcadas que os Estados de São Paulo e Minas Gerais escolhiam se alternar no poder, na política do café com leite. Essa receita coalhou após a

crise de 1929, que quebrou a economia mundial, levando São Paulo a romper o acordo com os mineiros e eleger seu candidato, Júlio Prestes, nas eleições presidenciais do ano seguinte. Em outubro de 1930, um movimento armado, liderado por mineiros e gaúchos, impediu a posse de Júlio Prestes e depôs o presidente Washington Luís, pondo em seu lugar Getúlio Vargas. A Câmara Municipal de São Paulo foi fechada, junto com todos os outros Legislativos do País.

Em 1932, os paulistas se levantaram contra Vargas, exigindo uma Assembleia Constituinte. Era a Revolução de 32, um período de guerra civil que terminou após três meses, com mais de 600 mortos e a derrota dos paulistas. No ano seguinte, Getúlio cedeu ao apelo dos combatentes de 32 e convocou uma Assembleia Constituinte, que em 1934 promulgou uma nova Constituição. São Paulo foi às urnas em 1936 e elegeu 20 vereadores. Pela primeira vez, a votação

foi secreta, fiscalizada pela Justiça Eleitoral, e as mulheres puderam votar e ser votadas.

Foi assim, depois de uma revolução e de uma guerra civil, num processo eleitoral cheio de novidades, que os vereadores iniciaram seus mandatos, em 9 de julho de 1936, num “clima de entusiasmo em relação às possibilidades de discussão livre e aberta na Câmara paulistana”, como os historiadores Ubirajara de Farias Prestes Filho (consultor da CMSP) e Marília

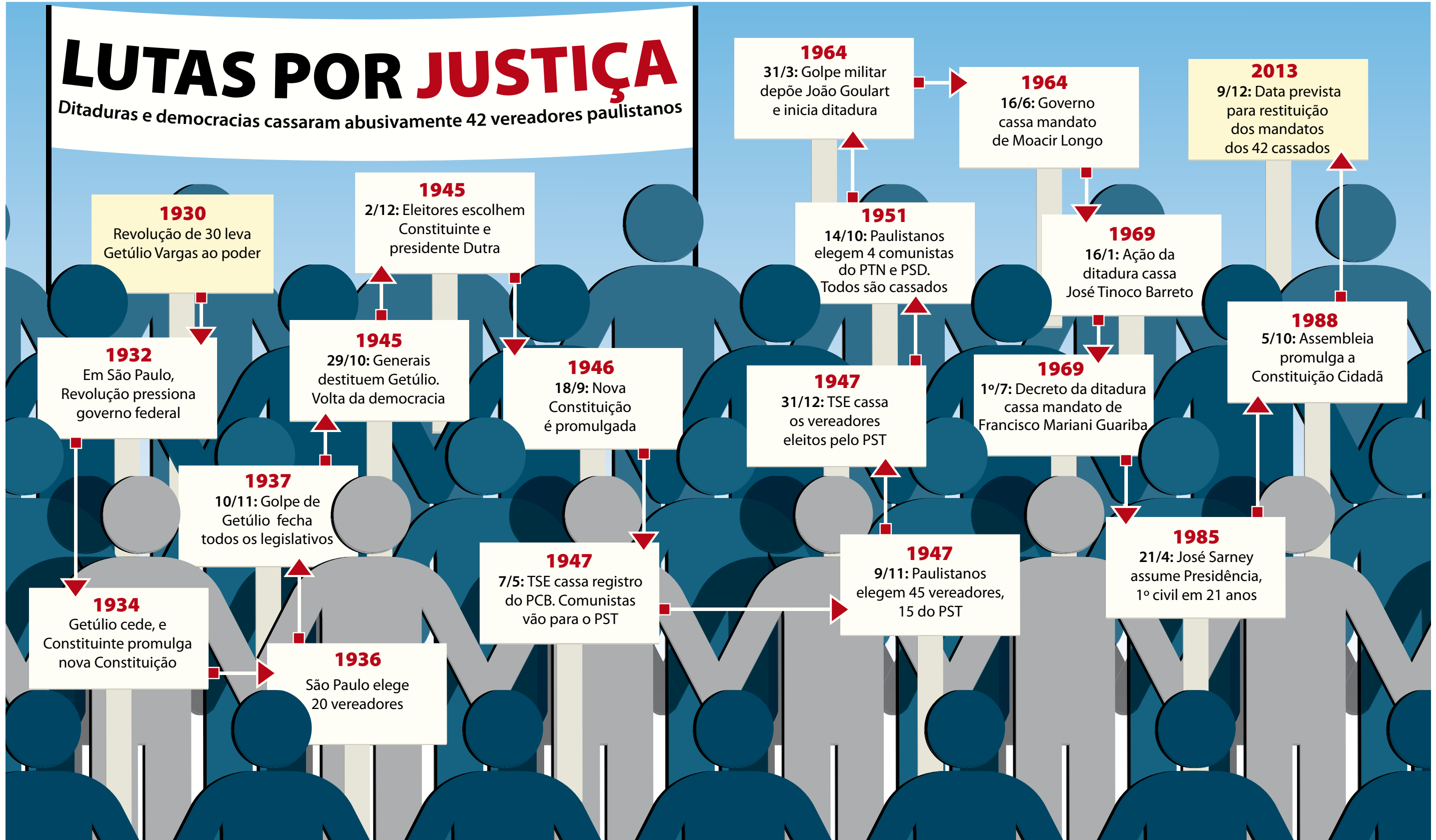
Gabriela Buonavita descrevem em artigo do livro *Paulistânia eleitoral* (TRE-SP, 2011), organizado por José D’Amico Bauab.

“Livre e aberta” até onde o governo permitisse. Grupos políticos de esquerda, como a Aliança Nacional Libertadora, foram jogados na ilegalidade e não puderam participar das eleições. Daí que todos os vereadores eleitos em 1936, que se reuniam aos sábados no Palácio do Trocadero, na Praça Ramos de Azevedo, tivessem um perfil ideológico



# LUTAS POR JUSTIÇA

Ditaduras e democracias cassaram abusivamente 42 vereadores paulistanos





muito parecido. “Um dos mais importantes pontos de comum acordo entre os vereadores era o anticomunismo”, lembram os historiadores.

De tão conservador, o vereador José Cyrillo, único representante do Partido Integralista, de inspiração fascista, destoava dos demais. Ele era não apenas contra o comunismo, mas também contra o regime democrático, a “liberal-democracia”, que considerava uma farsa. Regimes que funcionavam, para Cyrillo, eram a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini. Cumprindo o papel dos vereadores politicamente isolados que às vezes contam verdades incômodas, Cyrillo zombava dos parlamentares que se diziam democratas, mas não permitiam a eleição dos comunistas. E ia mais longe. “No atual regime não há representação popular. (...) aqui, nesta Câmara, onde está o operário representando os operários?”, perguntou em sessão.

Em 9 de novembro de 1937, ocorreu a última sessão no Palácio do Trocadero. No dia seguinte, com um golpe, Getúlio Vargas deu início à ditadura do Estado Novo, impondo uma nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil, que determinava: “São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais”. O pretexto para o endurecimento do regime era o combate ao comunismo – dois meses antes, o governo havia divulgado um documento forjado, chamado Plano Cohen, descrevendo uma conspiração imaginária de comunistas para dominar o Brasil.

Nos oito anos seguintes, o Estado Novo prosseguiu repetindo o velho roteiro dos regimes autoritários: censurar veículos de imprensa, torturar

## Comunistas cassados em 1947

**Antonio Donoso Vidal**

**4.198 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Operário. Cabo da Força Pública de Minas Gerais.

**Benedicto Jofre de Oliveira**

**4.203 votos**

*Partido Social Trabalhista*

**Calil Chade**

**3.085 votos**

*Partido Social Trabalhista*

**Elisa Kauffmann Abramovich**

**2.940 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Veja na pág. ao lado

**Luiz João**

**1.813 votos**

*Partido Social Trabalhista*

**Mauro Gattai**

**1.779 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Primo da escritora Zélia Gattai.

**Orlando Luís Pioto**

**4.933 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Operário tecelão. Dirigente do PCB em São Paulo. Suplente do Comitê Central.

**Adroaldo Barbosa Lima**

**4.010 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Vereador de 1956 a 1959 pelo PTB.

**Armando Pastrelli**

**3.105 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Veja na pág. 24

**Benone Simões**

**2.197 votos**

*Partido Social Trabalhista*

Guarda civil de trânsito. Lutou na Segunda Guerra Mundial.

**Carlos Niebel**

**1.747 votos**

*Partido Social Trabalhista*

**Iturbides Bolivar de Almeida Serra**

**3.505 votos**

*Partido Social Trabalhista*

★1915 ✚1968. Advogado e professor. Procurador-geral de Previdência do Estado de São Paulo.

**Mário de Souza Sanches**

**5.804 votos**

*Partido Social Trabalhista*

★1909 ✚?. Médico.

**Meir Benaim**

**2.970 votos**

*Partido Social Trabalhista*

**Raimundo Diamantino de Souza**

**2.249 votos**

*Partido Social Trabalhista*

## ELISA KAUFFMANN ABRAMOVICH

### Agora, sim, a primeira mulher



Avenida Edmundo de Figueiredo/CMSP

“Minha mãe, Elisa Kauffmann Abramovich, foi sobretudo comunista. Comunista ardorosa, inabalável, corajosa. Comunista visceral (...); comunista teatral, reproduzindo gestos/falas da Dolores – La Passionária, da Olga Benário, com emoção; recitando poemas... Minha mãe sempre quebrou os códigos e clichês esperados...”

É assim que a escritora e educadora Fanny Abramovich descreve sua mãe, Elisa, num depoimento escrito para o livro *São Paulo na Tribuna*. Elisa viveu muito em pouco tempo. Tinha 28 anos quando foi elei-

ta vereadora pelo PST, tornando-se a primeira mulher na Câmara Municipal de São Paulo (agora reconhecida oficialmente). Morreu em 1943, aos 43 anos. Elisa, lembra a filha, era comunista até os cabelos. “Ruiva, demonstrando, desde a tonalidade de seus cabelos vermelhos, sua opção ideológica.”

Trabalhou como florista, antes de entrar na Organização Feminina Israelita de Assistência Social (Ofidas), que atendia judeus sobreviventes do Holocausto vindos de várias partes do mundo. Entre 1958 e 1962, Elisa dirigiu o Colégio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem, por designação do Partidão, onde mudou a cara da escola ao romper com o sistema formal de educação. Ou, como diz Fanny, “ampliou a escola, abriu janelas e portas, inovou, abraçou”.

e matar adversários políticos. O tempo mudou após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que terminou com a derrota dos regimes fascistas europeus e trouxe ao mundo um vento de democratização que não demorou a chegar ao Brasil. Vargas abandonou o poder em 29 de outubro de 1945, destituído pelos seus próprios generais. Em 2 de dezembro, a população voltou às urnas para eleger uma Assembleia Constituinte, que no ano seguinte entregaria uma nova Constituição, e para as eleições presidenciais, que escolheram o general Eurico Gaspar Dutra.

#### DEMOCRACIA INTOLERANTE

A democracia estava instaurada, mas, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo passou a viver tempos de Guerra Fria, dividido entre os países que apoiavam

o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e os seguidores do comunismo, com a União Soviética à frente. E o mesmo embate se repetia também dentro de cada nação.

O Brasil, pró-capitalista, não demorou a demonstrar que a nova democracia tinha lá os seus limites. “O regime político que passou a vigorar em janeiro de 1946, embora inscrito nos marcos da denominada democracia liberal, fundou-se no terrorismo de Estado, na negação das garantias individuais, na banalização da eliminação física de opositores e na supressão da liberdade de organização dos setores populares – especialmente os sindicatos e o PCB”, afirma o jornalista Pedro Estevam da Rocha Pomar no livro *A Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)* (Imprensa Oficial, 2002).

O registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), conhecido como Partidão, foi cassado em maio de 1947. Começou aí um jogo de esconde-esconde com a Justiça Eleitoral, em que os comunistas buscavam se lançar candidatos por outras siglas, mas volta e meia eram impedidos de ser eleitos — isso quando não eram perseguidos e mortos. “A eliminação física de militantes comunistas tornou-se relativamente banal, contando-se às dezenas os mortos pelas forças de repressão”, afirma o livro de Pomar.

“Onde está o operário representando os operários?” A pergunta feita dez anos antes por Cyrillo seria respondida nas eleições municipais de 9 de novembro de 1947, que pela primeira vez levou as classes populares ao Parlamento municipal. Com a cassação do Partidão,



os comunistas encontraram abrigo no diretório estadual do Partido Social Trabalhista (PST) e, mostrando que eram bons de urna, conquistaram 15 das 45 cadeiras da Câmara Municipal. Em todo o Brasil, foram eleitos cerca de 250 vereadores comunistas, dos quais 100 acabariam cassados pela Justiça Eleitoral.

Foi o caso dos vereadores paulistanos. Antes mesmo das eleições a Justiça Eleitoral havia recebido uma representação da direção nacional do PST desautorizando a existência do diretório paulista do partido, por conta da presença dos comunistas. O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) rejeitou o pedido e manteve o re-

gistro dos candidatos de São Paulo, mas o diretório nacional do partido recorreu da decisão, com o apoio de outras siglas.

“Naqueles dias, a situação política dos comunistas gerava grande tensão na cidade”, conta o pesquisador José D’Amico Bauab, do Cemel, em um dos artigos do livro *São Paulo na Tribuna: Primeira Legislativa (1948-1951)*, editado pela Câmara paulistana. Nas ruas, os comunistas montavam mesas para recolher assinaturas contra um projeto de lei que previa a cassação dos deputados federais comunistas (a atrocidade que acabaria aprovada pelo Congresso no ano seguinte). Os vereadores eleitos compareciam

a esses eventos, que quase sempre terminavam com a chegada dos cassetetes da polícia. Em 26 de novembro, no mesmo dia em que receberam o diploma de vereadores, Antonio Donoso Vidal, Mario de Souza Sanches, Calil Chade e Meir Benaim foram presos enquanto coletavam assinaturas.

Levados para a Casa de Detenção, continuaram sua luta política. Do xilindró, os quatro vereadores enviaram uma indicação ao Senado contando que, em contato com os detentos, verificaram de perto a ansiedade com que eles e suas famílias aguardavam a votação de um projeto de lei que permitia a saída temporária de presos primários durante o

Natal. Conforme reportagem da *Folha da Manhã*, os vereadores pediam pressa na votação do projeto, por ser “não só um ato de generosidade e de caridade cristã, mas também uma medida de interesse social, pois contribuirá poderosamente para a reeducação e readaptação desses cidadãos no meio social”.

Os vereadores deixaram a prisão em 11 de dezembro, mas não puderam prosseguir no trabalho de edis. Na véspera da posse, às 17h de 31 de dezembro, um telegrama enviado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o TRE-SP informava que a corte havia declarado inexistentes os registros de todos os candidatos do PST no Estado de São Paulo. Um terço dos vereadores eleitos pelos paulistanos foi cassado. “Uma carnificina político-eleitoral”, nas palavras de D’Amico.

### “RAPA-TIRA-DEIXA-E-PÔE”

Após 11 anos fechada, a Câmara Municipal voltou a funcionar, agora no Palacete Prates. Três dos vereadores cassados em 1937 faziam parte da legislatura: José Adriano Marrey Junior, que se tornou presidente da Mesa Diretora daquela legislatura, Reynaldo Smith de Vasconcelos e José Cyrillo. E se a cassação dos comunistas impediu a chegada ao Parlamento paulistano da primeira mulher, permitiu a eleição do primeiro vereador nipo-brasileiro, Yukishigue Tamura.

No dia da posse dos vereadores, cerca de cem pessoas se reuniram diante do Prates para protestar contra a perseguição aos comunistas. Os cassados Elisa, Antonio Donoso Vidal, Iturbides Serra e Adroaldo Barbosa Lima estavam lá. Tentaram entrar no edifício, mas foram impedidos. Um dos ma-

## Comunistas cassados em 1951

### Abilio Martins da Costa

**1.443 votos**

*Partido Trabalhista Nacional*

★1921 ✚2006. Presidente da Associação dos Pequenos Servidores Municipais (demitido do cargo, em 1959, por ato da Prefeitura).

### Dante Pellacani

**1.363 votos**

*Partido Trabalhista Nacional*

★1923 ✚1981. Gráfico e sindicalista. Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos. Um dos fundadores do Conselho Sindical dos Trabalhadores. Como presidente do Comando Geral dos Trabalhadores, foi cassado pela ditadura logo após o golpe de 64. Exilado, retornou ao País em 1969.

### Floriano Francisco Dezen

**2.505 votos**

*Partido Social Democrático*

Químico e sindicalista. Presidente do Sindicato dos Químicos. Fundador e presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. Militou por PMDB e PSB em Campinas (SP), onde foi candidato a prefeito.

### Ramiro Luchesi

**3.318 votos**

*Partido Social Democrático*

★1916 ✚1972. Ferroviário, sindicalista. Presidente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Secretário particular de Luís Carlos Prestes.

## Comunista cassado pela ditadura militar (1964)

### Moacir Longo



**4.632 votos**

*Partido Socialista Brasileiro*

Veja na pág. ao lado

## Militares cassados pela ditadura militar (1969)

### Francisco Mariani Guariba

**18.437 votos**

*Movimento Democrático Brasileiro*

★1909 ✚1998. General de Divisão do Exército e engenheiro. Presidente do Clube Militar de São Paulo. Diretor da Companhia Municipal de Transportes Coletivos. Vereador de 1964 a 1966. Nos anos 80, assessorou o prefeito de São Paulo Mário Covas.

### José Tinoco Barreto

**19.393 votos**

*Movimento Democrático Brasileiro*

Juiz titular da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar.

## MOACIR LONGO

ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que no ano seguinte seria declarado ilegal. Longo participou de greves e protestos, enfrentou sua primeira prisão aos 19 anos e aprendeu a fazer jornalismo na prática das redações dos jornais comunistas.

Em 1963, o Partidão o designou para ser candidato a vereador pelo PSB, sigla que naquele ano acolheu os candidatos comunistas. Eleito, permaneceu apenas três meses no Palacete Prates, até o golpe de 1964. Sua carta de despedida, lida no plenário pelo colega David Lerer (PSB), chamava o novo governo de “regime de terror”.

Preso em 1972, foi levado para o Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e torturado. Passou dois anos nos presídios Tiradentes e do Hipódromo. Na prisão, aproveitou para escrever o livro *Brasil: os Descaminhos do País das Terras Achadas*, publicado em 2008 pela Fundação Astrojildo Pereira. Pai de duas filhas, vive com a esposa, Leda Rosa dos Santos Neto, e é presidente de honra do PPS.



## Uma vida militante

“Não fiz nada de extraordinário, não cometi nenhum ato heroico, nada. Fui sempre um militante dedicado à disciplina e às tarefas do partido.” É com essa humildade que o jornalista Moacir Longo descreve sua trajetória política, no documentário *O Longo Caminho de Moacir* (Fundação Astrojildo Pereira).

Começou na militância em 1946, aos 16 anos: um jovem operário recém-chegado à capital paulista, vindo de Taquaritinga (SP), que decidiu se filiar

nifestantes, Adroaldo, foi preso e liberado no dia seguinte.

A cassação gerou protestos de outros vereadores. Cid Franco disse que a decisão do TSE havia “fraudado a vontade de mais de 70 mil eleitores” e arrematou: “A continu-

ar assim, a democracia brasileira não passará de um jogo infantil de rapa-tira-deixa-e-põe”. Até Marcos Mélega, anticomunista daqueles de chamar os adversários de “maco-nheiros da subversão”, afirmou na tribuna que “a decisão negou o di-



reito aos que foram votados e, não determinando nova eleição, feriu o direito dos eleitores”.

Novos direitos seriam feridos, e o jogo de rapa-tira-deixa-e-põe seria repetido nas eleições municipais seguintes, em 14 de outubro de 1951. O presidente era Getúlio Vargas, agora eleito democraticamente. Os comunistas continuavam a ser perseguidos, fosse em que partido estivessem. Dessa vez, o alvo foram os vereadores eleitos de dois partidos: Abilio Martins da Costa e Dante Pellacani, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e Floriano Francisco Dezen e Ramiro Luchesi, do Partido Social Democrático (PSD).

Contra a diplomação desses vereadores, três partidos – o Partido Democrata Cristão, o Partido de Representação Popular e o Partido Social Progressista – recorreram ao TRE, que aceitou a representação. Segundo dados do Cemel, o Tribunal anulou todos os votos que os quatro eleitos e o suplente José Pinto haviam recebido, afirmando que a eleição dos comunistas significava “uma fraude e uma burla à decisão do Tribunal Superior Eleitoral que cancelou o registro do Partido Comunista do Brasil”.

As cassações dos vereadores comunistas pela democracia dos anos 40 e 50 trouxeram consequências mais arrasadoras para a carreira política de suas vítimas do que as cassações da ditadura do Estado Novo. Enquanto vários dos eleitos em 1936 prosseguiram em suas trajetórias, voltando para a vereança ou galgando postos como deputados, secretários e prefeito, quase todos os comunistas impedidos de tomar posse desapareceram da cena política. Fernando Garcia, coordenador do Centro de Documentação e Me-

mória da Fundação Maurício Gracioso, lembra que muitos deles eram trabalhadores, gente simples que acabou interrompendo suas carreiras políticas após a cassação, sem deixar registro para a posteridade.

#### NUNCA MAIS

As cassações seguintes ocorreriam não sob democracia intolerante, mas debaixo de uma ditadura para valer, o regime militar de 1964-1985. Um dos protagonistas da história que culminou na ditadura é justamente um dos vereadores eleitos em 1947, Jânio Quadros, que estreou na política naquele ano. Numa carreira rápida, tornou-se prefeito, governador, deputado federal e chegou à Presidência em 1961. No mesmo

ano, renunciou ao cargo sem dar explicações, o que analistas interpretam como uma tentativa fracassada de ampliar seus poderes com o apoio das Forças Armadas, que obrigariam Jânio a reassumir a Presidência por não aceitar seu vice, João Goulart, tido como “subversivo”.

O plano não deu certo. Goulart assumiu a Presidência e desagradou setores conservadores ao levantar a bandeira das Reformas de Base, entre elas a agrária. Com o apoio de empresários, do governo norte-americano e de vários setores da mídia e da Igreja Católica, os militares tomaram o poder em 31 de março de 1964. Não era um golpe, diziam, mas uma “Revolução Redentora” para livrar o País do comunismo.

#### CASA

Palácio do Trocadero, sede da Câmara de 1936 a 1937



JUSTIÇA  
Deputados federais fazem Sessão Solene de restituição de mandatos

Dono de uma extensa ficha de militante comunista no Departamento de Ordem Política e Social (Dops), o vereador Moacir Longo, do PSB, saiu escondido do Palacete Prates e pediu licença do cargo depois de 31 de março. Ele sabia o que viria. Em junho, seu mandato foi cassado com base no Ato Institucional número 1 (saiba mais na pág. 32). Quando voltou a cassar vereadores paulistas, em 1969, a ditadura buscou alvos bem diferentes: José Tinoco Barreto e Francisco Mariani Guariba, ambos do Movimento Democrático Brasileiro, eram militares que haviam apoiado a “Redentora”.

Juiz titular da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar, Barreto era linha-dura na perseguição aos dissidentes políticos. “Era o mais radical dos anticomunistas da época”, lembra Longo. Segundo ele, o erro de Tinoco foi denunciar atos de corrupção do governo, por acreditar que, além de caçar esquerdistas, os militares fossem cumprir a prome-


sa de combater também os corruptos. Em 16 de janeiro, o Conselho de Segurança Nacional anunciou a cassação de Tinoco.

Em 1º de julho do mesmo ano, foi a vez de Guariba, um general de divisão do Exército na reserva e ex-presidente do Círculo Militar de São Paulo. No seu *currículum vitae* disponível na Biblioteca da CMSP, datado de 1971, o general conta ter denunciado “alguns erros da Revolução de 31 de março, em São Paulo, particularmente em ter deixado no poder falsos e tardios líderes revolucionários”. Mas o motivo de sua cassação seria mais mesquinho. “Tudo foi movido por perseguição ou por antipatia pessoal, tão comum no governo de força, no qual o cidadão é punido sem ter o mais elementar e sagrado direito de se defender”, afirma Guariba no documento.

Os motivos para as cassações de Guariba e Tinoco são obscuros, já que nunca foram oficializados. Ocorriam por decreto do governo

federal, sem explicações e sem direito à defesa. São coisas que ocorrem numa ditaduras. É gente que perde o emprego, pessoas que são presas, outras que desaparecem, sem que ninguém saiba exatamente por quê.

Não que a nova fase de democracia iniciada em 1985 – o mais longo período democrático vivido sem interrupção pelos brasileiros – tenha livrado o País das execuções sumárias e dos desaparecimentos forçados. Quem duvidar pode trocar uma ideia com a família de Amarildo de Souza, no Rio, ou com os parentes de Douglas Rodrigues, em São Paulo, que no mês passado morreu perguntando a um policial “por que o senhor atirou em mim?”.

Mesmo assim, a democracia no Brasil avançou, e é isso que a cerimônia de devolução dos mandatos vai celebrar. É para fazer justiça a todas as ideologias, como lembra Natalini. É para fortalecer a vocação democrática da Câmara, como diz Orlando Silva. E é, sobretudo, como afirmam José Américo e Juliana Cardoso, para lembrar o que aconteceu e não deixar que aconteça de novo. 

#### SAIBA MAIS

##### Livros

**A Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a Repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. Pedro Estevam da Rocha Pomar. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

**Paulistânia Eleitoral: Ensaios, Memórias, Imagens**. José D'Amico Bauab (organizador). Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 2011.

**São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (1948-1951)**. Luiz Casadei Manechini (organizador). Câmara Municipal de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2012.





Ricardo Rocha/CMS

**PREMIADO**  
Fausto Salvadori Filho recebe diploma de menção honrosa de Antonio Funari Filho, ouvidor da Polícia Militar

# Apartes recebe o Prêmio Herzog

Em sua primeira edição, revista leva menção honrosa com matéria sobre a Comissão Municipal da Verdade

Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br

**J**ornalistas de todo o Brasil se reuniram na noite de 22 de outubro, no Auditório Simón Bolívar do Memorial da América Latina, para a entrega do 35º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Entre os profissionais contemplados estava Fausto Salvadori Filho, jornalista efetivo da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e autor da matéria *Em*

*Busca da Verdade*, que traz os resultados da primeira fase dos trabalhos realizados pela Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. A reportagem, publicada na *Apartes*, ficou entre as três finalistas da categoria revista e recebeu menção honrosa (veja quadro na pág. 37).

“A premiação é um sinal de amadurecimento da comunicação feita na Câmara Municipal e da própria

comunicação pública realizada no País”, analisa Fausto. Para ele, reforça a tese o fato de que nos últimos anos as premiações jornalísticas passaram a contemplar veículos de órgãos públicos, como a *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*, a *Rádio Senado* e, agora, a *Apartes*. “A comunicação pública começa a conquistar um espaço próprio, separado do marketing político, com o qual costumava ser confundida. Passa a ser vista como um serviço à sociedade”, complementa o jornalista, que finaliza: “É muito bom receber o Vladimir Herzog, é um reconhecimento disso”.

A cerimônia de entrega, conduzida pelos jornalistas Juca Kfourri e Mônica Teixeira, teve início com homenagem a Antonio Maschio, agitador cultural falecido no dia anterior. O primeiro a se pronunciar foi José Augusto de Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Ele citou recentes atos de violência e desrespeito contra jornalistas no exercício da profissão, como os agredidos nas manifestações populares de rua que vêm ocorrendo pelo Brasil, e lembrou que Vladimir Herzog, o Vlado, é um símbolo da resistência contra tais arbitrariedades.

Representando a família do jornalista que dá nome ao prêmio estava Lucas Herzog, neto de Vlado. Além dos contemplados pelos trabalhos veiculados na imprensa, também foram premiados na categoria especial, por relevan-

**VENCEDORA**  
Depósito Humano, de Jefferson Botega, ganhou a categoria foto



Jefferson Botega/Zero Hora

35º Prêmio Jornalístico  
**Vladimir Herzog**  
de Anistia e Direitos Humanos



## Contemplados

| Categorias                      | Artes<br>(ilustrações, charges, cartuns, caricaturas e quadrinhos)  | Vencedor: Comissão da Verdade – Angeli (jornal <i>Folha de S.Paulo</i> )<br>Menção honrosa: A vulnerabilidade e a força das mulheres negras - Kleber Soares de Sales (jornal <i>Correio Braziliense</i> )  |
|---------------------------------|---|--|
|                                 | Fotografia  | Vencedor: Depósito humano – Jefferson Botega (jornal <i>Zero Hora</i> )<br>Menção honrosa: Nota 0 – Allan Douglas Costa Pinto (jornal <i>Tribuna do Paraná</i> )   |
|                                 | Reportagem de TV  | Vencedor: Adoção irregular – José Raimundo e equipe ( <i>TV Globo</i> )<br>Menção honrosa: SOS Criança – Marcelo Canellas e equipe ( <i>TV Globo</i> )   |
|                                 | Documentário de TV  | Vencedor: Carne osso: o trabalho em frigoríficos - Carlos Juliano Barros e Caio Cavechini / equipe Repórter Brasil ( <i>GloboNews</i> )<br>Menção honrosa: Carandiru, a marca da intolerância – Bianca Vasconcellos e equipe ( <i>TV Brasil/EBC</i> )  |
|                                 | Rádio   | Vencedor: Voz Guarani-Kaiowá – Marilú Cabanãs e equipe ( <i>Rádio Brasil Atual</i> )<br>Menção honrosa: Dores do parto – Anelize Moreira e equipe ( <i>Rádio Brasil Atual</i> )  |
|                                 | Jornal  | Vencedor: Os Suruí e a Guerrilha do Araguaia – Ismael Soares Machado e equipe (jornal <i>Diário do Pará</i> )<br>Menção honrosa: Os arquivos ocultos da ditadura – Rubens Valente Soares e Matheus Leitão (jornal <i>Folha de S.Paulo/DF</i> )   |
|                                 | Revista   | Vencedor: O primeiro voo do condor – Wagner Willian (revista <i>Brasileiros</i> )<br>Menções honrosas: - Caderno especial: Subsídios para uma Comissão da Verdade da USP – Pedro Pomar e equipe ( <i>Revista Adusp – Associação dos Docentes da USP</i> ) - Em busca da verdade – Fausto Salvadori Filho ( <i>Apartes – Revista da Câmara Municipal de São Paulo</i> ) |
|                                 | Internet  | Vencedor: Pelo menos um – Julliana de Melo Correia de Sá e Ciara Núbria de Carvalho Alves (portal <i>NE10</i> )<br>Menção honrosa: Infâncias devolvidas – Edcris Ribeiro da Silva Wanderley (site <i>Diário de Pernambuco</i> )  |
|                                 | Categoria Especial<br>“Violências e agressões físicas e morais contra jornalistas e contra o direito à informação”  | Vencedores: - Jornalistas assassinados no Vale do Aço – Mateus Parreiras de Freitas e equipe (jornal <i>Estado de Minas</i> )<br>- Existe terror em SP: o dia em que PMs atiraram ante aplausos e pedidos de não violência – Janaina de Oliveira Garcia (portal <i>UOL</i> )   |
| Prêmio Especial Vladimir Herzog | Premiação especial por relevantes serviços prestados às causas da democracia, paz e justiça: Perseu Abramo (criador do Prêmio, <i>in memoriam</i> ), Marco Antônio Tavares Coelho e Raimundo Rodrigues Pereira. |  |





Ricardo Rocha/CMSP

**IN MEMORIAM**


O agitador cultural Antonio Maschio, que morreu na véspera da entrega do Prêmio, é homenageado

tes serviços prestados às causas da democracia, paz e justiça, Perseu Abramo (*in memoriam*), criador do Prêmio e representado por sua viúva, Zilah Abramo, Marco Antônio Tavares Coelho e Raimundo Rodrigues Pereira.

Marco Antônio Coelho, aos 88 anos, contou sobre quando foi eleito deputado federal, em 1962, e sofreu cassação em 1964. Narrou, orgulhoso, o tempo em que editava o informativo *Notícias Censuradas*, que circulava clandestinamente e publicava as matérias da revista *Veja* vetadas pelos militares. Já Raimundo Pereira alertou que, “no regime de concentração de capital, a imprensa tem de fazer um esforço maior para cumprir o seu papel”.

Um dos momentos de mais destaque e emoção foi protagonizado pela jornalista Marilu Cabañas, que venceu a categoria rádio pela *Brasil Atual* com a reportagem *Voz Guarani-Kaiowá*. O final do discurso de Marilu foi feito na língua guarani, traduzido por uma descendente indígena, e pregou respeito aos nativos.

**JOVENS JORNALISTAS**

Juntamente com o Herzog, foi entregue o 5º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão. Quatro projetos de estudantes foram escolhidos e viraram reportagens graças ao apoio financeiro do Prêmio. A reportagem *Travestis e Transsexuais: Luta por Respeito nas Salas de Aula*, das estudantes Mariana de Camargo e Marina Yoshimi, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi eleita como o melhor trabalho e ganhou uma viagem para conhecer o Museu do Apartheid, na África do Sul. As quatro matérias finalistas estão disponíveis em <http://jovemjornalista.org.br>. 

**E**m 25 de outubro de 1975, Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, sucumbiu após interrogatório regado a sessões de tortura pelas mãos da ditadura militar, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Exatos 38 anos depois, Herzog recebeu uma homenagem por sua história de luta e deu nome à Praça e Memorial que ficam atrás do Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal. A renomeação da antiga Praça Jardim da Divina Providência ocorreu após aprovação do Projeto de Lei 217/2012, do ex-vereador Ítalo Cardoso (PT), também assinado pela Mesa na época da presidência do vereador José Police Neto (PSD).

Na praça, foi construído pelas crianças do Projeto Âncora um mosaico baseado

# Uma praça chamada Vladimir Herzog

com o livro *As Duas Guerras de Vlado Herzog: da Perseguição Nazista na Europa à Morte sob Tortura no Brasil*. “Entendo que o nome de Herzog a uma praça, principalmente um recanto como este, por iniciativa da Câmara Municipal, é mais uma conquista das lutas iniciadas com o episódio da morte do Vlado”, diz Dantas. “As lutas de resistência democrática a partir do sacrifício de Herzog tomaram um impulso muito grande, que trouxeram conquistas para a sociedade brasileira e, conseqüentemente, contrárias à violência da ditadura”, complementa.

Nemércio Nogueira, diretor do Instituto Vladimir Herzog, acredita que a inauguração da praça ficará marcada como um dia de “redenção da memória de Vlado”. Nogueira chamou a atenção para a localização do memorial: “Tem um aspecto dessa praça que é muito significativo, ela dá de frente para um lugar chamado Praça da Bandeira. Acho que tem uma mensagem importante aí”.

Vereadores e ex-vereadores também utilizaram o microfone para enaltecer a figura de Vladimir Herzog. Ítalo Cardoso contou que o processo finalizado com a mudan-



**ALTERAÇÃO** • Vereadores e ex-vereadores mudam a placa de sinalização da Praça Herzog



**ARTISTAS** • Elifas Andreato e crianças do Projeto Âncora em frente ao painel *25 de Outubro*



**HERDEIRO** • Natalini (esq.) e Ivo Herzog: “A morte do meu pai teria sido só mais uma se não fosse a coragem de alguns”

na obra *25 de Outubro*, do artista plástico Elifas Andreato. “A imagem é inspirada naquela foto do Herzog enforcado pela maldita ditadura do Brasil”, explicou Andreato, em seu discurso.

A família de Vlado foi representada pelo seu filho Ivo Herzog. “A família está muito feliz com a homenagem. A morte do meu pai teria sido só mais uma se não fosse a coragem de algumas entidades e pessoas,

como o Sindicato dos Jornalistas, d. Paulo Evaristo Arns, o rabino Henry Sobel e o (reverendo) James Wright”, disse Ivo, referindo-se aos que se recusaram a aceitar a versão oficial dos militares, que afirmavam que Vlado havia cometido suicídio. Essa recusa iniciou os protestos que culminaram com a volta da democracia ao Brasil.

Uma das figuras da linha de frente das manifestações foi o presidente do Sindicato dos Jornalistas na época em que Herzog faleceu, Audálio Dantas. Amigo de Vlado, Dantas ganhou o Prêmio Jabuti 2013, na categoria reportagem,

ça do nome da praça começou com uma conversa entre ele e o jornalista Sérgio Gomes. O presidente da Casa, José Américo (PT), disse que a homenagem é singela e ressaltou que a CMSP vem atuando na área de Direitos Humanos de maneira cada vez mais intensa. Américo citou como exemplo o trabalho da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, cujo atual presidente, vereador Gilberto Natalini (PV), resumiu a importância história de Vlado: “Foi a morte de Herzog que fez transbordar o copo de mágoa e raiva que o Brasil sentia da ditadura”.

Fotos: Fábio Lazzari/CMSP





Arquivo CCL/CMS

LÍDER • Miguel Colasuonno (em foto de 1994) morreu aos 74 anos

# O adeus de Colasuonno

Ex-vereador viveu épocas conturbadas da política de SP

Sândor Vasconcelos | sandorvasconcelos@camara.sp.gov.br

No dia 4 de outubro, faleceu aos 74 anos Miguel Colasuonno, que ocupou cargos de alto escalão na política nacional. Ele foi prefeito da capital paulista e vereador na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) em duas legislaturas. Na Casa, foi presidente por dois anos. A causa da morte foi infecção generalizada decorrente de leucemia aguda.

Colasuonno comandou a Prefeitura paulistana entre 1973 e 1975, durante a ditadura militar. Como prefeito biônico, foi eleito pela Assembleia Legislativa e inaugurou, em 14 de setembro de 1974, a operação comercial do Metrô de São Paulo, que na época se resumia ao trecho Jabaquara-Vila Mariana (linha 1 azul). Na CMSP, atuou em duas legislaturas, de 1993 a 2000, e foi presidente em 1994 e 1995.

Além da participação na política da capital, Colasuonno ocupou cargos de destaque nacional. Começou

a carreira em 1971, aos 31 anos, como secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, no governo de Laudo Natel. Depois se tornou assessor econômico da Presidência da República na gestão do general Ernesto Geisel (1976-1979) e presidiu a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) de 1979 a 1985, no governo do general João Figueiredo. Desde 2008, era presidente do conselho de administração da Eletrobras Eletronuclear.

## HISTÓRIA NA CÂMARA

Miguel Colasuonno foi eleito vereador de São Paulo pela primeira vez em 1992, com 33.042 votos, pelo Partido Democrático Social (PDS). Quatro anos depois, foi reeleito pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), com 63.585 votos. Sua última agremiação política como parlamentar da CMSP foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O ex-vereador integrava o grupo político conhecido como “os notáveis” e era uma das principais lideranças na CMSP dos governos dos prefeitos Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000). Esteve na linha de frente em debates sobre questões espinhosas, como a definição do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em 1998, e a revisão do Plano Diretor Estratégico, em 1997.

Nos oito anos na Câmara paulistana, Colasuonno viveu um dos períodos mais conturbados da história política da cidade, quando vereadores foram acusados e cassados por participação na chamada Máfia dos Fiscais, na gestão de Celso Pitta. O próprio prefeito, que também era do PPB, chegou a ser afastado temporariamente do cargo pela Justiça.

Em relação à atuação parlamentar, o ex-vereador fez parte da comissão que deu a São Paulo o título de Capital Mundial da Gastronomia e criou o troféu de mesmo

## RETRATADO

Quadro de Colasuonno na galeria dos ex-presidentes da CMSP



Arquivo CCL/CMS



ALIADOS  
Colasuonno e o casal Sylvia e Paulo Maluf, no Plenário do Palácio Anchieta

nome, para premiar os melhores trabalhos jornalísticos sobre a gastronomia paulistana.

Um projeto de Colasuonno tornou-se a lei 12.153/1996, que prevê aviso prévio à Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo (CET) sobre manifestações públicas que prejudiquem a livre circulação de veículos na Avenida Paulista. O ex-vereador também é responsável pela denominação do Complexo Viário Maria Maluf, no Bairro Ipiranga.

Entre as propostas curiosas, Colasuonno idealizou a lei 12.392/1997, que incluiu o idioma italiano como matéria facultativa no currículo das escolas da rede municipal de ensino de São Paulo. O ex-vereador também fazia parte da comissão que criou o Dia da Cerveja (21 de dezembro) e o Dia do Vinho (21 de junho).


Em seus dois mandatos, Colasuonno também comandou a Comissão de Finanças e Orçamento. Ainda foi membro das comissões de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; de Educação,

Cultura e Esportes; de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; de Finanças e Orçamento e da Comissão Permanente de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, do Lazer e da Gastronomia.

## FAMÍLIA

Miguel Colasuonno nasceu em 2 de fevereiro de 1939, em São Paulo. Era filho de José Colasuonno e Vincenza Orlandi Colasuonno. Iniciou os estudos no Colégio Dante Alighieri, onde também fez curso técnico de Contabilidade.

Em 1962, bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Era pós-graduado em Economia na USP e especializado em Comércio Internacional e Câmbio. Obteve o título de professor Ph.D. pela Universidade Vanderbilt, de Nashville, no Tennessee (EUA).

Colasuonno era casado com Marlene Cintra Colasuonno, com quem teve os filhos Maria Cristina, José, Eduardo e as gêmeas Maria Fernanda e Maria Cláudia. 



# Em pauta, o trabalho dos jornalistas

Ciclo de Debates recebe pesquisadora da USP para discutir a profissão

Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br

**A** Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) recebeu, no dia 17 de outubro, a professora Roseli Fígaro, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), como convidada para o Ciclo de Debates em Comunicação, que discutiu a evolução da profissão de jornalista.

Fígaro, que é fundadora e atua no Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA, organizou o livro *As Mudanças no Mundo do Trabalho do Jornalista*, escrito por Cláudia Nonato e Rafael Grohmann. Na obra, os pesquisadores traçaram um perfil da profissão com base em 538 entrevistas com jornalistas do Estado de São Paulo, entre 2008 e 2010.


De acordo com as pesquisas, houve aumento do número de mulheres jovens no mercado. Além disso, as fronteiras de atuação estão mais tênues e o profissional desempenha várias funções. “O jornalista tem de se desdobrar: ser editor, cinegrafista”, afirma Rafael Grohmann.



## CRÍTICA

**Roseli Fígaro: “O que mais me choca é acharem a carga horária do jornalista normal”**

O livro também revela que a maioria dos jornalistas está preocupada com a formação profissional, tem carga horária diária de até 12 horas e assume funções de chefia cada vez mais precocemente. “Sou da época em que o profissional mais velho estava na redação para ensinar, dar dicas e broncas. Hoje, aos 23 o jornalista já é editor”, conta Cláudia Nonato. Essa realidade é criticada por Roseli Fígaro: “Não podemos dar a um jovem a responsabilidade de decidir o que estará na capa de um jornal que pode afetar um país inteiro”.

O debate foi mediado pelo jornalista Eugênio Monteiro de Araújo, da Assessoria de Comunicação e Imprensa da CMSP, organizadora do Ciclo de Debates. 

## Orçamento 2014

Chegou a hora de definir onde vai ser aplicado o seu dinheiro para melhorar nossa cidade.

Compareça às audiências públicas da Câmara dos Vereadores.

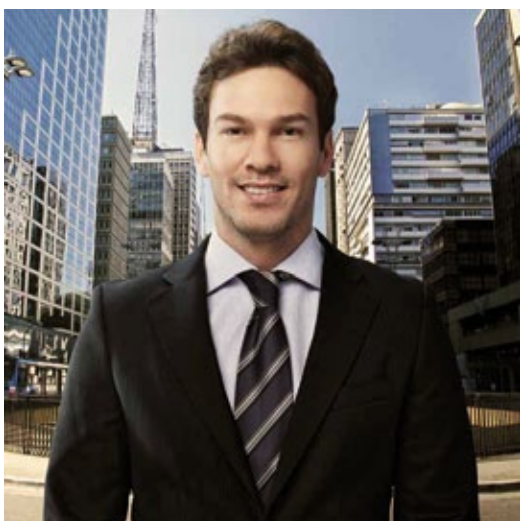
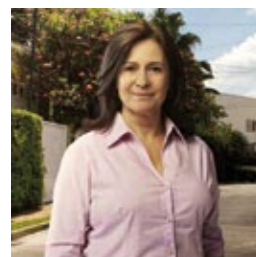
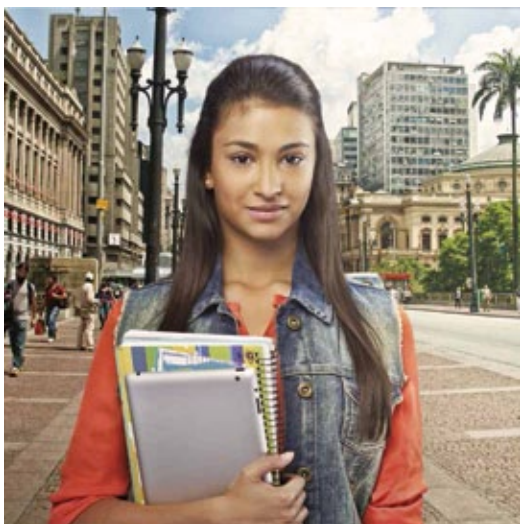
Confira todas as audiências em [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br).

Participe, sua opinião é fundamental.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**





# O novo Plano Diretor vai reorganizar São Paulo.

Com a sua ajuda, os vereadores paulistanos vão definir a cara da cidade para os próximos dez anos. Eles vão debater e votar os rumos do crescimento econômico, da mobilidade urbana, do saneamento, da habitação, entre outros. E como isso afeta a todos, a Câmara quer a sua participação em nossas audiências. Compareça e dê a sua opinião.

Veja o calendário de todas as audiências em:

[www.camara.sp.gov.br/planodiretor](http://www.camara.sp.gov.br/planodiretor)

